

ANDRÉA MARIA SALES

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, FORMAÇÃO DE CLASSE E
DESIGUALDADES: uma análise da contribuição do IFPE**

Maceió, 2023

ANDRÉA MARIA SALES

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, FORMAÇÃO DE CLASSE E
DESIGUALDADES: uma análise da contribuição do IFPE**

Dissertação apresentada para
obtenção do Título de Mestra
em Educação pelo Programa
de Pós-Graduação em
Educação da Universidade
Federal de Alagoas - UFAL,
sob a orientação do Professor
Dr. Jailton de Souza Lira.

Maceió, 2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB4 - 661

S163e Sales, Andréa Maria.

Educação profissional, formação de classe e desigualdades : uma análise da contribuição do IFPE / Andréa Maria Sales. – 2023.

190 f. : il.

Orientador: Jailton de Souza Lira.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 74-78.

1. Estado. 2. Educação profissional. 3. Classe social. 4. Desigualdade. I. Título.

CDU: 37.035

À minha mãe (*in memoriam*), ao meu pai e ao meu filho João Vitor.

“O segredo mais bem guardado do funcionamento do capitalismo durante toda sua história: aparecer como uma atividade econômica “pura”, desvinculada e independente de limites e de justificações morais, quando, na verdade, alguma forma de justificação moral lhe é indispensável. Quanto mais implícita, invisível e opaca essa justificação for, melhor ela cumpre essa função. “

Jessé Souza

AGRADECIMENTOS

Perceber determinadas mudanças no Território de Suape a partir da presença pública do Estado na posição do IFPE/Ipojuca, não é tarefa fácil. Interpretá-las menos ainda. Seja porque pretende-se tratar de temas como Educação e Trabalho, seja porque são temas instigantes para entender o modo pelo qual se constitui uma classe social e um perverso sistema de privilégios do qual a Escola é parte.

Ao transformar tais temas no objeto da presente pesquisa, o primeiro passo seria encontrar intelectuais orgânicos que me ajudariam a aprender como o Estado opera com a Educação Profissional direcionada para pessoas que sequer se reconhece como classe social. Apenas interpretam maneiras através das quais o sistema educacional faz a pessoa tornar-se melhor.

Já sabemos que a relação da Universidade e dos Programas de Pós-Graduação com o ambiente social mais amplo é marcado por exigências que não é para qualquer um. Por essa razão, agradeço e cumprimento o Prof. Dr. Jailton Lira que sem querer saber da minha origem social acolheu e legitimou a presente pesquisa. Sendo assim, ele tornou muito melhor a minha condição de professora e de cidadã. À medida que me orientou na escolha teórica e política das disciplinas eletivas e escrever artigos ensinou-me a pesquisar sobre a influência da Educação Profissional na formação de uma classe social.

Para me aproximar de Professores como Dr. Jailton de Souza Lira, Dr. Givanildo Silva, Dra. Edna Do Prado, Dra. Lana Lisier, Dr. Walter Matias, não poderia ignorar o apoio da Profa. Dra. Graça Victor -FAFIRE pela sua sistemática proposta de formar pessoas mais críticas em relação à sociedade. Ao Prof. Luciano Santana que pela sua consciência de classe contribuiu com o debate que resultou na presente pesquisa, assim como a Profa. Dra. Grazia Cardoso-UFRPE. Seu apoio se deu tanto pela participação em projetos de extensão, contribuição na crítica do projeto de pesquisa, como também no refinamento do meu conhecimento sobre a relação da escola com a aquilo que se qualifica de privilégios de classe.

Agradeço à Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos e ao Prof. Dr. Jorge Fernando Hermida pelas detalhadas observações que me ajudaram a reconstruir não apenas

conceitos e parágrafos, mas questões que fazem parte do processo de trabalho de uma pesquisa acadêmica.

Portanto, para entender o modo de pensar o IFPE no contexto de SUAPE e contribuir com a pesquisa no campo da Educação, primeiro, é preciso aprender a imaginar que é possível reduzir desigualdades de classes entendendo a formação profissional oferecida pela Escola, para depois assimilar que essas ideias são feitas por pessoas que entendem de política, Estado, Classe e Profissão.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a influência da política de Educação Profissional do IFPE campus Ipojuca na redução da desigualdade de classes pela oferta de vagas no curso de Segurança do Trabalho entre 2013 e 2018. Sendo assim, se planejou contribuir com o debate teórico desenvolvido na área de Gestão e Avaliação Educacional discutindo elementos teóricos da Educação Profissional Técnica (EPT) a partir da sua organização dentro do aparelho de Estado. O quadro teórico se constituiu do conceito de trabalho, Educação Profissional e Estado. Este entendido a partir de Gramsci (1986), para quem a sociedade política e a sociedade civil se relacionam pela força e pela conquista de consensos. Nessa relação se identificou pelo aparelho da EPT suas vinculações com a legislação e com o direito social. A metodologia que orientou o estudo buscou entender tais conceitos em contextos determinados da Zona da Mata de Pernambuco sobre o qual se estruturam a política de EPT e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nesse sentido, o Método Dialético permitiu revisitar a realidade e a contradição do Estado de colocar a Escola e o conhecimento como base para o trabalho assalariado. Por isso mesmo o Inventário e a Observação Participante a partir de Thiollent (1994) serviu de base para toda a coleta dos dados. Apoiando-se em autores consagrados pelo uso do referido método tais como Demo (1994), Frigotto (2012), Leite (2017), Manfredi (2002), Saviani (2013), Poulantzas (1981), Gramsci (1986), Hermida e Lira (2018) buscou-se compreender a totalidade das relações sociais particularizando o papel do Estado na contraditória função de promover EPT, emprego qualificado com salário e arranjos produtivos. Para responder o problema levantado, qual seja, como a política de EPT do IFPE campus Ipojuca ao ofertar vagas no curso Segurança do Trabalho no período de 2013 a 2018 influenciou na redução da desigualdade de classe? Encontramos uma resposta à luz do referido método. Por isso mesmo chegamos mais perto de um período histórico que nos permitiu perceber que à medida que o Estado opera a EPT reafirma a situação de classes própria das sociedades capitalistas, mas reduz desigualdades quando coloca a Escola e seus intelectuais na promoção do conhecimento que faz o trabalho assalariado mais qualificado, porque este tem regras que começam com a profissão e a visível importância do papel do Estado na reprodução da sociedade em bases modernas e a própria ideia moderna do papel da Educação na emancipação política do cidadão.

Palavras-Chave: Estado, Educação Profissional Classe social, Desigualdade.

ABSTRACT

This research aims to analyze the influence of Instituto Federal de Pernambuco's Professional Education policy in reducing social and educational inequality, specifically in the Labor Security technical qualification. Therefore, it is meant to contribute with the theoretical debate developed in the area of Education Managing and Evaluation by embodying theoretical elements from Professional Education from the organization that is born inside State apparatus. The theoretical landscape constitutes itself from reflexion about work, inequality and state's role to its reduction through offering Professional Education. The methodology that orients the study aims to understand those categories and concepts in the reality of Zona da Mata as context on which people, knowledge and classes are structured, articulated to the dialect method. In that sense, it is suggested the Inventory and Participant Observation, such as Thiollent says (to verify contexts and come up with an answer to the problem put: how Professional Education policy affects inequality reduction, from 2013 to 2018?). Supporting onto authors respect for the use of this method such as Demo (1994), Frigotto (2012), Leite (2017), Manfredi (2002), Saviani (2013), Poulantzas (1981), Gramsci (1986) and Hermida e Lira (2018) we look forward to understanding social relations, underlining state's role in constituting a class and lowering social and education inequality. Such as by creating school and employment, and also by intervening to recovering a condition of class, widening the local productive arrangements. To answer the proposed problem (how Professional Education Policy from IFPE Ipojuca campus, offering spots at the Labor Security technical qualification between 2013 and 2018 influenced in reducing class inequality? An answer was found using the aforementioned method, so we got closer to a historical period that has allowed us to realize that, as state operates Professional Education Policy, it reaffirms the class situation, characteristic of capitalist societies, but it reduces inequalities putting the School and its intellectuals on knowledge promotion that makes wage work more qualified because there are rules that start with the profession and the visible importance of the State's role in reproducing Society in modern bases and also the modern idea of the education's role in the political emancipation of the citizen.

Keywords: State, Professional Education, Social Class, Inequality

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CDL	Clube dos Diretores Lojistas
CNI	Conselho Nacional da Indústria
EPT	Educação Profissional Técnica
FIEPE	Federação das indústrias do Estado de Pernambuco
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância (<i>United Nation Children's Fund</i>)
IFs	Institutos Federais
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PENAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPC	Projeto Pedagógico Curso
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROMINP	Programa Nacional de Petróleo e Gás Natural
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 12

I. METODOLOGIA DA PESQUISA, 20

II. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 29

III. ESTADO, EDUCAÇÃO E TRABALHO, 46

**IV. UM BREVE INVENTÁRIO DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, 57**

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 70

REFERÊNCIAS, 73

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a influência da política de Educação Profissional do IFPE campus Ipojuca na redução da desigualdade de classes pela oferta de vagas no curso de Segurança do Trabalho entre dois mil e treze e dois mil e dezoito (2013 e 2018).

Nesse sentido, buscou resposta para a seguinte questão: como a política de Educação Profissional do IFPE campus Ipojuca ao ofertar vagas no curso de Segurança do Trabalho no período de 2013 a 2018 influenciou na redução da desigualdade de classes?

O período histórico 2013-2018 se justifica por duas razões: a primeira refere-se ao fato de que a partir do ano 2013 o IFPE/Campus Ipojuca forma a primeira turma em Segurança do Trabalho. A segunda razão diz respeito ao fato de que a partir de 2018 já se desenham outros cenários e outras produções do conhecimento sobre a evolução e crise das práticas capitalistas e da própria reestruturação do Complexo Industrial do Porto de Suape.

A escolha pelo curso de Segurança do Trabalho se justifica pela aceitação da proposta de pensar a realidade como um processo cuja observação aproxima o objeto de análise as suas determinações. Assim, à medida que os componentes curriculares oferecem o aprendizado sobre o conceito de trabalho e suas implicações para a criação de uma concepção de segurança supõe normas e técnicas administrativas, médicas e educacionais no ambiente de trabalho (FERREIRA, 2012), mas também tende a articular tudo o tempo todo.

Situada no campo da Educação Profissional Técnica (EPT), portanto, a pesquisa pretendeu demonstrar que é possível identificar a redução da desigualdade educacional e social pela ampliação do acesso ao curso Técnico em Segurança do Trabalho. Nesse sentido, defender a política da referida forma de educação significa entender o quanto possível é criar mecanismos para reduzir a desigualdade social, já que são criadas formas de inserção por meio do trabalho assalariado.

Propõe-se, assim, estudar a Educação Profissional Técnica (EPT) empírica e teoricamente para determinar o seu lugar no campo do debate político e acadêmico, assim como contribuir com o debate teórico desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional, com problematização crítica sobre a EPT, trabalho, classes sociais, Estado, desigualdade e direitos de cidadania.

Sendo assim, no Brasil a política de Educação Profissional Técnica (EPT) passou a adotar medidas práticas na direção de reformas sob a influência política da filosofia neoliberal. Nesse sentido, formar profissionais de forma rápida para atender interesses do mercado de trabalho é uma das ideias do Plano Nacional de Educação (PNE – 2000-2010) que floresce no período do Governo FHC (1999-2002), na qualidade de política educacional.

Por outro lado, o Governo Lula da Silva II (2007-2010) vai além do referido PNE porque ele institui o Plano de Desenvolvimento da Educação (2008-2010) articulado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse encontro aponta uma clara relação da Educação Profissional Técnica (EPT) com os arranjos produtivos locais. Por isso mesmo a formação profissional, sobretudo aos mais pobres no sentido de contribuir com a formação profissional e redução das desigualdades sociais no Brasil passa a se configurar na agenda das políticas sociais do referido governo.

Frente a essa definição da agenda do governo entendemos que a Educação Profissional é, sem dúvida, posta numa perspectiva de direito social, mas, sobretudo, dada a sua abrangência histórica é possível apontar indicadores de formação de uma classe de profissionais com formação escolar e perspectiva de trabalho com salário. Sendo assim, a referida política tende a produzir efeitos sobre as pessoas com relação ao aprendizado, a profissão e a classe social.

Ipojuca – O Município

O Município de Ipojuca está localizado na Zona da Mata de Pernambuco. Historicamente, é marcado por programas e projetos assistencialistas de caráter compensatório. Nesse sentido, não se faz exigências de formação técnica das pessoas que vivem do trabalho assalariado. Sendo assim, a Educação Profissional Técnica (EPT) não se configura como distintivo de classe, uma vez que a estrutura produtiva da cana de açúcar adota estratégias que escondem o impacto da educação escolar na redução das desigualdades sociais produzidas pela concentração da terra, renda e poder político, evasão escolar, analfabetismo, desemprego, trabalho infantil, entre outros problemas sociais.

Ao mesmo tempo, os arranjos produtivos locais envolvem também o Porto de Suape e o turismo de praias. A Educação Profissional Técnica (EPT) entra na pauta do

Governo Federal e, ao ser acolhida pelos governos estadual e municipal por causa da política de ampliação dos portos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Lula da Silva II (2007-2010), promete garantir direitos, reduzir desigualdades de classes e realizar sonhos.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) representa uma política de desenvolvimento do Governo Federal como parte da sua agenda de prioridades para todas as regiões do Brasil. Nesse sentido, faz investimentos no Porto de Suape com grandes empresas como Estaleiro Atlântico Sul, Refinaria Abreu e Lima e Petroquímica Suape, cujos impactos se traduzem na geração de emprego e na valorização do conhecimento produzido pelo Instituto Federal de Pernambuco-IFPE, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, Universidade de Pernambuco-UPE. No capítulo IV o PAC aparece com mais detalhamento e como parte do contexto da presente pesquisa.

Assim, à medida que o PAC proclama o conhecimento articulado aos arranjos produtivos locais coloca-se a presente pesquisa diante do problema de saber a capacidade da política de EPT qualificar e reduzir a desigualdade educacional e social pelo acesso das pessoas a área de conhecimento Segurança do Trabalho. Busca-se, pois, compreender o percurso teórico e político da formação de uma classe de profissionais numa época de precarização do trabalho, flexibilização dos direitos e redução das funções públicas do Estado.

O fato é que a defesa da Educação Profissional Técnica (EPT) – objeto de estudo da presente pesquisa- depende do entendimento do seu contexto e de um novo modo de pensar a estrutura produtiva da Zona da Mata. Pois, uma política pública chamada PAC que pretende modificar o Complexo Industrial do Porto de Suape e, de certa forma, o faz, com projetos estruturadores tende a recuperar o papel do conhecimento técnico produzido na Escola anunciado no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE 2008-2010)

Longe dos Planos Nacionais de Desenvolvimento da Educação Profissional Técnica, na Zona da Mata de Pernambuco a maioria das pessoas mostram-se com pouco aprendizado sobre habilidades e competências voltadas para o mundo do trabalho em bases modernas. Subempregados, desempregados, trabalho em tempo parcial, formal ou informal ninguém tem proteção social e todos expressam a busca pelos bens de consumo que o salário permite comprar, bem como as lutas salariais, a defesa das políticas sociais e a democratização do Estado. (SALES, 2014).

O fato é que as mudanças que chegam simbolizadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mostram que o Estado pode ser mínimo e liberal quando expõe uma filosofia política que terceiriza e focaliza os programas de qualificação profissional e, assim, tornar-se inexistente em suas funções básicas no campo da Educação Profissional e do Trabalho. Ao mesmo tempo, o Estado apresenta a Educação Profissional Técnica (EPT) de forma planejada na agenda do governo e como política social.

Por outro lado, trabalhar na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – FACHUCA desde o ano de 2011 por meio de concurso de provas e títulos, contribuiu significativamente para o desenvolvimento da presente pesquisa. Pois, a mesma localiza-se no Município do Cabo de Santo Agostinho e representa 40% do território do Complexo Industrial do Porto de Suape. É do debate promovido a partir do componente curricular sociologia das organizações que se desenvolveram a observação sobre o campo da Educação Profissional e sobre os fatos que se supunha mais relevantes.

Em artigos publicados no Jornal Folha de Pernambuco no período histórico 2013 - 2015 tentou-se chamar a atenção para o modo pelo qual a busca pela técnica colocava em discussão a agenda de reformas do aparelho de Estado cujo processo de descentralização, terceirização e focalização das políticas sociais coloca o próprio Estado distante do sistema de ensino público ao nível local. Nesse sentido, temas como desenvolvimento local sustentável, direitos de cidadania e democracia se perdem no campo político.¹

Em artigo publicado sobre o Porto de Suape (SALES & CARDOSO, 2018) o objetivo foi analisar a influência do conhecimento técnico na formação do trabalhador direcionando para o trabalho do Estaleiro Atlântico Sul – EAS, no território do Porto de Suape a partir da reconfiguração do referido território motivada pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Ao olhar as mudanças dos processos de trabalho, se procurou contribuir para o entendimento do trabalho na perspectiva de uma política pública de desenvolvimento territorial. Esse fato tende a modificar a relação entre trabalho e qualificação técnica, assim como o cotidiano das pessoas que vivem do trabalho assalariado numa área marcada pela configuração de políticas de assistência social.

¹ Uma das principais políticas que representam a reforma do Estado na Zona da Mata chama-se Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Uma articulação do Ministério do desenvolvimento Agrário, Secretária de Agricultura Familiar e Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Instituída no ano de 2010 com a Lei 12188/2010. Acesso em 11/03/2023.

Esse artigo, de fato, ampliou ainda mais a busca pelo entendimento das mudanças no contexto e no perfil dos alunos, assim como refletir de forma mais crítica sobre tais mudanças. Seja pelo aumento do quantitativo de alunos, seja pela descoberta de novos autores no campo da Educação Profissional Técnica (EPT), tais como: CIAVATTA (2014), KUENZER (2001), FRIGOTO (2012), MANFREDI (2002), MOURA (2014); seja pelo afastamento dos discentes dado o surgimento de outros cursos, como Técnico em Segurança do Trabalho e Engenharias oferecidos por instituições de ensino público e gratuito com tradição no ensino, pesquisa e extensão e pela perspectiva de pontos de vista que se expressam de modo mais totalizantes.

A partir do ano de 2014 as mudanças, de fato, se ampliam no contexto do Porto de Suape e nas expectativas das pessoas que teriam substituído a precarização social promovida pela estrutura produtiva da cana-de-açúcar, ou seja, desemprego, subemprego, evasão escolar e o próprio direito à Educação Profissional - pela indústria de transformação, construção civil e pelas estruturas de logística voltadas para atender uma rede de serviços *e-commerce*.

Nesse sentido, os empregos aparecem em ambientes financiados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) cujas consequências afetam o desenvolvimento das pessoas ao nível local e a vida das pessoas que estão longe, por conta da criação do FÓRUM SUAPE GLOBAL.

O FÓRUM SUAPE GLOBAL é constituído pelo Governo de Pernambuco, Federação da Indústria de Pernambuco (FIEPE), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras), Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS), Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor Petróleo e Gás Natural (CT-PETRO) e Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Também contou com o apoio de países como Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Alemanha.

Em se tratando da agenda local as pessoas que pertencem à comunidade começam a pensar a sua existência profissional e social com outros fundamentos educacionais e políticos, já que não dependeriam da cana-de-açúcar para explicar o sentido do trabalho e o seu papel na redução das desigualdades educacionais e sociais.

O fato é que o pensamento crítico se defronta com a realidade. Sendo assim, tenta-se compreender e explicar por inteiro como modificam-se uma realidade e visualizam-se a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual trazendo para perto de todos a própria relação do Estado com as relações de produção e a divisão do trabalho que elas implicam. O novo espírito do capitalismo como atividade compartilhada de que fala Boltanski (2009) nos chega pelas mãos do Governo Lula da Silva II (2007-2010), conforme afirmações de Hermida e Lira (2018).

Parece que é mesmo assim: para conquistar apoio político a classe hegemônica busca produzir ideologias. Nas últimas décadas, em escala mundial e, mais especificamente no Brasil, há uma busca constante pela exaltação da ideologia neoliberal cuja proposta é justificar o conhecimento produzido na escola através da Educação Profissional Técnica (EPT), para promover reforma do aparelho de Estado e a reestruturação produtiva do capitalismo.

No capítulo I, portanto, fez-se uma breve sistematização do Método Dialético e sua relação com a análise da Educação Profissional a partir da pesquisa participante e da análise dos documentos. A aplicação e resultados dos referidos procedimentos metodológicos serão apresentados no capítulo IV.

No capítulo II, inicia-se a discussão sobre o objeto da pesquisa, para entendê-lo como política pública social, ação do Estado e constitutiva do direito de cidadania. Da perspectiva de Saviani (2007) relacionam-se EPT e a divisão social do trabalho, assim como se declara a perspectiva teórica do conceito de EPT de Manfredi (2002) orientando a presente análise.

No capítulo III, deixa-se claro o modo pelo qual o processo de formação de um segmento da classe profissional se relaciona com a categoria Trabalho, Estado e Educação Profissional. Para tanto, sistematizou-se o contexto da modernidade enquanto ambiente no qual surge um modo de pensar o trabalho assalariado e a tomada da educação como função do Estado. Até hoje, vivem-se promessas em torno do ideal de liberdade e igualdade e a meta científica da capacidade da Educação contribuir com a classe que vive do trabalho. Assim, coloca-se a EPT na perspectiva da totalidade social fazendo-se sua relação com o conceito de Estado e classe em Poulantzas (1981) e Gramsci (1986). Discutem-se, então, possíveis contradições na organização da EPT uma vez que ela aparece vinculada ao Trabalho e as próprias contradições do Estado quando opera o Toyotismo. (PINTO, 2013)

No capítulo IV, sistematizou-se o Inventário da legislação sobre Educação Profissional no Brasil e o modo pelo qual ela se internaliza no estado de Pernambuco, especificamente no município de Ipojuca. Nesse sentido, tratou-se o referido município nos seus contextos. Isto é, uma região marcada pela estrutura produtiva da cana de açúcar e do Complexo Industrial de SUAPE no sentido de entender que a sua reestruturação e a oferta da modalidade de Ensino Profissional Técnico nasce exatamente dos planos do mesmo Governo Lula da Silva II (2007-2010).

Procurou-se recuperar a Legislação sobre a Educação e, especificamente, a Educação Profissional a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Plano Nacional da Educação (PNE) e do Programa de aceleração do Crescimento (PAC), assim como da legislação mais específica que sustenta a totalidade do projeto Político Pedagógico do IF campus Ipojuca.

Na conclusão do trabalho deu-se respostas ao problema levantado, qual seja: como a política de Educação Profissional Técnica (EPT) do IFPE campus Ipojuca ao ofertar vagas no Curso de Segurança do Trabalho no período de 2013 a 2018 influenciou na redução da desigualdade de classes? Para tanto sistematizou-se algumas considerações acerca das três categorias que nortearam a presente análise: Estado, trabalho e Educação Profissional Técnica (EPT).

O Estado apresenta características da sociedade capitalista, apesar de estudado numa época distante da sua invenção como instituição moderna sugeriu a interpretação de seus contextos e do modo como opera a EPT nos dias de hoje. O eixo é o processo de reestruturação do capitalismo na era do Toyotismo numa das áreas mais atrasadas do Brasil moderno. Mostrou-se, assim, que o Estado organizou as classes, reduziu desigualdades entre elas com Leis, Projetos e Programas e com intelectuais que conhecem o modo de operar a relação do capital com a força de trabalho.

Com relação à categoria trabalho aparece quase sempre ao lado da categoria Educação Profissional Técnica (EPT) e do próprio Estado. Uma se explica pela outra e todas contribuem para se compreender a contradição e as desigualdade de classes. A EPT por si só não faz a sociedade dos iguais, mas reduz o nível da desigualdade à medida que se foi entendendo o Estado pelos planos do Governo Lula da Silva II (2007-2010), assim como a habilidade do referido governo de valorizar a classe trabalhadora

pela invenção do IFPE e sua capacidade de interferir na melhoria de vida pessoal e profissional no contexto da Zona da Mata de Pernambuco.

Talvez por isso mesmo buscamos entender como o Estado vincula a EPT aos planos do capital na era do Toyotismo e reorganiza a Escola, recorre a uma filosofia de educação que faz a prática capitalista avançar e, ao mesmo tempo que reconfigura o trabalho assalariado, consagra a EPT e o próprio trabalho como direito de cidadania e a formação de uma classe como sujeito histórico.

Portanto, a reestruturação do capitalismo e seus desdobramentos no Complexo Industrial do Porto de Suape foi pensado com a invenção política do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE 2008-2010) e a ampliação dos Institutos Federais (IFS). Nesse sentido, não se tratou de uma sociedade perfeita porque se reestruturou por um Governo de esquerda, mas pelo modo como o referido governo contribuiu para os desiguais tornarem-se mais iguais em renda, educação e padrão de consumo e o Estado retomou o seu papel de protagonista no campo da Educação Profissional Técnica (EPT).

SEÇÃO I

1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

1.1.1 O Método Dialético

Nesta seção, o objetivo é esclarecer o percurso teórico-metodológico da presente pesquisa sobre a Educação Profissional Técnica (EPT). Inicialmente, se faz necessário explicar o Método Dialético pela sua vinculação científica e filosófica com a teoria marxista. No segundo momento, apresenta-se os procedimentos metodológicos pelos quais se fará a reflexão no trabalho de campo.

Segundo Leite (2017), o chamado Materialismo Histórico-Dialético é uma concepção de mundo que pretende guiar a explicação da realidade pelo entendimento da essência do seu contexto. Ou seja, o homem e o modo de constituição de suas relações sociais. Ao mesmo tempo, buscar detalhes de uma realidade que exalta o sistema capitalista e reproduz o trabalho assalariado como uma verdade que faltava para explicar desigualdades de classes. Assim sendo, entende-se que o método tende a contribuir com o campo da Educação através de investigações sobre práticas da Educação Profissional à medida que ele constitui um entendimento de classe e, mais, uma filosofia pela qual se busca compreender as condições concretas de sua formação.

Marx faz da concepção dialética um Método. Razão pela qual explica a realidade das modernas sociedades capitalistas com categorias do materialismo dialético: totalidade, contradição, particularidade, universalidade, consciência, prática social, dentre outras. Neste sentido, projeta-se a totalidade social pela sua internalização no universo particular historicamente construído por sujeitos concretos.

Desta opção, surgiu a compreensão da totalidade na qual a categoria Trabalho, Educação e Estado são partes, particularizando uma realidade específica na qual com a delimitação do conceito de trabalho objetiva-se identificar a Educação Profissional Técnica (EPT) na criação de condições de oportunidade de vida e o lugar das pessoas

visibilizarem seu pertencimento social, ainda que envolvido no mundo da produção de mercadorias, do fetiche e de um processo de alienação (MÉSZÁROS, 2002).

Logo, ao focalizar a categoria trabalho a partir da EPT tomada como função do Estado para criar oportunidade de vida e formação das classes sociais, pretende-se contribuir com o campo da EPT articulado com a categoria Trabalho buscando sua articulação com o papel do Estado (na oferta da EPT) uma vez que estamos tratando da sociedade capitalista sob um dos seus principais aspectos que divide a sociedade em classes sociais.

O Método Dialético, portanto, já se configura nas pesquisas das teorias da educação. Nesse sentido, à medida que se pesquisa a categoria trabalho ampliam-se a sua expressão como fator educativo, assim como renovam-se o conhecimento para se compreender o debate mais contemporâneo sobre a realidade do capitalismo hoje.

Triviños (1987) e Frigoto (2010) são autores que oferecem contribuições na articulação do referido método com a pesquisa educacional. Reafirmam que o Método Dialético compreende uma dimensão da teoria marxista e uma concepção de mundo que orienta a compreensão da realidade (segundo a filosofia do materialismo dialético). Sendo assim, uma interpretação dialética do mundo permite não só interpretar trabalho, EPT e Estado, mas adotar tal interpretação como critério de verdade já que se trata de uma ciência em permanente uso nas pesquisas que estudam formações sociais capitalistas.

Percebe-se, assim, que as categorias de análise não são tipos ideais, mas existem objetivamente e se formaram “no processo do desenvolvimento histórico do conhecimento e da prática social” (TRIVIÑOS, 1987, p, 54). Daí a busca pelos aspectos mais gerais (universais) da realidade sobre a qual se pretende identificar as suas contradições, para ressaltar que a contradição que move a sociedade mobiliza o desenvolvimento da própria pesquisa.

A partir de uma visão mais geral da categoria Trabalho busca-se o seu entendimento como uma das formas históricas que se materializa mediante relações sociais assalariadas, configura como condição básica de toda a vida humana, fundamento da própria história e oportunidade de vida e pertencimento social (MÉSZÁROS, 2002).

No caso das sociedades capitalistas o trabalho assalariado é pensado como atividade fabril cuja preocupação é com o seu resultado. Ao mesmo tempo, cabe ao Estado a função de prover necessidades como educação para o conjunto social. Nesse sentido, o papel do Estado é grande porque sua ação se articula ao comando político do sistema de Educação no contexto da sociedade. Por isso mesmo a educação vira política pública planejada que permite oferecer aprendizado e consciência social, mas também representa o controle do trabalho humano, técnicas organizadas de sistemas de produção como o Toyotismo cuja justificativa é o conhecimento produzido na Escola.

Nas sociedades capitalistas, portanto, existe uma divisão de trabalho que diz respeito à divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Por meio de técnicas institucionalizadas, normas, hierarquias, etc., essa diferença se desenha e configura indicadores da desigualdade social. Certas classes sociais têm acesso a determinadas tarefas e se apropriam das ideias fazendo delas o pensamento social hegemônico.

Com esta concepção de trabalho busca-se produzir uma chave de leitura sobre a influência da Educação Profissional Técnica (EPT) na formação de uma classe de profissionais, bem como o papel dos intelectuais no tal processo de formação (GRAMSCI, 1991). A escolha do referido Método se deve, assim, a escolha de um modo de pensar a realidade na qual se relacionam as categorias de análise Trabalho, Estado e Educação Profissional, para explicar o movimento da história de uma perspectiva que permita elevar o pensamento crítico com uma reflexão concreta do lugar da produção do conhecimento científico.

No campo do debate teórico e político mais recente as categorias de análise Trabalho e Educação Profissional Técnica (EPT) são postas na agenda pública como condição de integração social e vocação profissional. Nesse sentido, o próprio Estado deixa de ser interpretado pela sua capacidade de organizar as relações de trabalho em bases capitalistas a partir da política educacional.

A interpretação que se pretende adotar, no entanto, a luz da Filosofia do Método Dialético, é no sentido de rever uma realidade historicamente determinada pelo distanciamento entre trabalho e EPT a partir das ações do Estado. Tanto pela contradição de fazer da Escola o lugar de formação profissional e conhecimento, como também por esconder a formação de uma classe e o pensamento crítico das bases sociais e políticas que a constituem.

O fato é que o projeto da sociedade capitalista coloca o problema da emancipação política e a redução das desigualdades educacionais e sociais como problema político para as pessoas que vivem do trabalho assalariado. Sendo assim, é possível pensar as categorias de análise Trabalho, Estado e Educação Profissional relacionando dialeticamente. Ou seja, inventariando a realidade sobre a qual as pessoas comuns são mobilizadas pelo Trabalho e se tornam Classe Social. Por outro lado, à medida que o trabalho humano vira mercadoria, isto é, passa a ser assalariado, submetem-se uma classe de indivíduos ao sistema de organização do trabalho (Taylorismo, Fordismo, Toyotismo) feito pelo Estado e por ele regulado as condições de sua produção.

O contexto no qual esta pesquisa se insere o capitalismo apresenta mais uma de suas aparentes mudanças em seu percurso histórico. Razão pela qual a categoria Trabalho aparece na agenda de reformas do aparelho de Estado. Nesse sentido, organizam-se o pensamento com base na filosofia neoliberal para difundir o sistema de organização do Trabalho chamado Toyota, para quem a presença pública do Estado na organização do trabalho assume novas configurações.

A reestruturação do trabalho nas bases do Toyotismo se efetiva mediante um conjunto de políticas estatais que flexibilizam a categoria Trabalho e sua relação com o Estado. Entretanto, o Estado consagra o referido sistema de controle sobre o trabalho mobilizando a Educação Profissional Técnica (EPT) para o pleno emprego da força de trabalho. Nestas circunstâncias, o trabalho se reconfigura e mobiliza uma parte da classe que vive do trabalho para empregos qualificados e a outra parte submete-se a um amplo processo de precarização social (MATTOSO, 2012; POCHAMANN, 1999; PINTO, 2013).

Com o sistemático debate sobre a reconfiguração do trabalho como categoria de análise das modernas sociedades, entende-se que a filosofia neoliberal apresenta o seu modo de pensar a Educação de um modo geral e, em particular, a Educação Profissional. Interpreta-se que a Filosofia do Materialismo Dialético ao permitir a articulação do processo de produção do conhecimento tende a produzir outra interpretação e o próprio status de verdade científica que acompanha as transformações em curso.

Por outro lado, a EPT também é pensada como estratégia de superação das formas históricas que associam a EPT ao trabalho assalariado. Crítica das práticas capitalistas à luz do método histórico e dialético, CIAVATTA (2014) sustenta que o campo da Educação Profissional Técnica (EPT) é feito de lutas políticas. Nesse sentido, luta-se pela EPT como direito assegurado a todos os trabalhadores. Por sua vez a sociedade capitalista é tomada pela autora em sua totalidade e o sentido de transformá-la pela Educação é fazer as pessoas que executam o processo de trabalho na sociedade pensarem criticamente a maneira como produzem a sua própria vida.

No campo da EPT e do trabalho, segundo a referida autora, a perspectiva não pode ser apenas de adequar as condições de trabalho. Pelo contrário, quando se pensa EPT e classes sociais a proposta é no sentido de superar a dualidade entre elas. Ou seja, pensar a EPT universalizando o padrão de educação e de qualidade de vida para os trabalhadores e não apenas para as elites. Sendo assim, a política da EPT forma os trabalhadores de forma integrada tornando a educação geral parte constitutiva da educação profissional numa perspectiva de totalidade social.

Para Ramos (2014), o ponto de partida, de fato, é discutir a EPT comprometida com a formação humana. Nesse sentido, ao lado da legislação e da dinâmica econômica, a autora reafirma a EPT como luta política. A partir da categoria trabalho superar a dualidade estrutural que marca a história da sociedade brasileira. Nesse sentido, o debate teórico e político tem como eixo a filosofia da educação que pensa o ensino articulado com a ciência, cultura, humanismo e tecnologia em suas várias dimensões.

Segundo Della Fonte (2018), relacionar formação humana e o trabalho é um conflito histórico. Nas sociedades historicamente determinadas – antiguidade clássica - ora compreendem-se o trabalho como sofrimento e punição, ora como castigo. Mas, nas modernas sociedades, o trabalho é uma vocação que atrai elogios a vida e, ao mesmo tempo, “oscila entre a virtude e o fardo, entre a punição e a fortuna” (Della Fonte, 2018, p, 9).

Para a referida autora, ao estudar o trabalho à luz do método dialético se traduz a produção das condições e dos meios de existência. Desenvolver-se como ser humano é, pois, ampliar-se por meio do trabalho e da apropriação dos valores culturais das modernas sociedades. Nesse sentido, “o horizonte de formação passa a ser o da

profissionalidade e da multifuncionalidade” (Della Fonte, 2018, p, 13) cujo reconhecimento é a germinação daquilo que se qualifica de formação omnilateral.

O conceito omnilateral permite vislumbrar a emancipação humana pelo trabalho e a EPT. Nesse sentido, entender que o ser humano ao projetar a sua essência naquilo que produz o faz de modo omnilateral, ou seja, aquilo que ele é projeta-se por inteiro naquilo que é produzido pelo seu processo de trabalho.

Por essas razões, as pesquisas sobre trabalho como categoria de análise e EPT à luz do materialismo histórico e dialético implica compreender que formação para o mundo do trabalho tem um significado geral porque trata o conhecimento produzido na escola como produção humana. Ao mesmo tempo, tem um sentido específico, isto é, como se aprende a produzir a vida no capitalismo, assim como a sua capacidade de alienar as pessoas pelo trabalho. Daí a importância do pensamento que faz o sujeito crítico à medida que se apropria “das formas mais avançadas de conhecimento, tecnologia, formas de sentir, habilidades, etc., que se condensam nessa forma social de trabalho explorado” (DELLA FONTE, 2018, p, 16).

Conforme se demonstrou a pesquisa em Educação Profissional Técnica (EPT) reafirma o trabalho como categoria de análise e o próprio Método Dialético reafirma o potencial dos caminhos investigativos percorridos por autores consagrados no campo acadêmico. Por isso mesmo compreendem-se a EPT e sua relação com os direitos de uma classe social e, principalmente, a sua influência na emancipação do homem pelo trabalho e pelo conhecimento produzido na Escola.

Nesse sentido, a EPT é posta no ambiente da pesquisa pelo seu potencial de qualificar o trabalhador para a criação. Ela qualifica para o tal mercado de trabalho, sim. Mas o sentido da educação com o trabalho é estruturante, ou seja, não é apenas uma projeção das práticas pedagógicas que proporciona novas habilidades e competências porque faz a pessoa ocupar “os espaços públicos e se abrir para o mundo”, conforme interpretações de Mészáros (2008, p, 09-10).

Tratou-se, pois, de percorrer o caminho da Escola a partir da EPT proclamada pelo Estado e pela sociedade, cuja política de justificar o capitalismo a partir do conhecimento Técnico-Profissional em lugar de visibilizar a organização da classe que vive do trabalho, bem como o papel político da EPT na sua emancipação política pela

apropriação do conhecimento, se coloca de forma dogmática, valorizada pelo seu fetiche (MARX, 1985).

Portanto, pensar a realidade ora objeto da presente pesquisa a partir de estratégias consagradas pelo Materialismo Dialético permitiu refletir e atualizar o conceito de desigualdade, classe social, Educação Profissional Técnica e conhecimento produzido na Escola Pública, assim como fortalecer as conquistas teóricas do referido método e seus procedimentos metodológicos. Nesse sentido, interpretou-se dialeticamente a categoria trabalho pensando o seu potencial de materializar a contradição do Estado e sua efetiva ação de promover o conhecimento objetivando justificar o capitalismo nas bases do Toyotismo. Ao mesmo tempo, fornecer explicações para a categoria trabalho no mundo contemporâneo.

Para responder o problema da presente pesquisa, qual seja: como o acesso à Educação Profissional do IF Ipojuca influencia a redução da desigualdade social no período de 2013 a 2018? desdobraram-se procedimentos metodológicos que colocaram intelectuais orgânicos e a própria crítica da realidade sobre a qual se supõe a formação de uma classe de profissionais em Segurança do Trabalho no contexto de precarização do trabalho, flexibilização dos direitos e redução das funções públicas do Estado.

1.2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pretendeu-se trabalhar com a pesquisa criticamente, cuja teoria foi no sentido de formular analiticamente o percurso de cada categoria e sua articulação conceitual com o campo epistemológico do Método Dialético. Nesse sentido, identificou-se as contradições que envolveram a ação de quem faz a Educação Profissional Técnica (EPT) formar força de trabalho especializada com a grandeza do Estado, na posição dos Institutos Federais.

Diante do exposto, no primeiro momento, se adotou os seguintes procedimentos operacionais para o Inventário Documental da Educação Profissional identificando suas particularidades no período 2013-2018:

1.2.2.1 Legislação

Destacou-se a relação dos elementos comuns ao problema levantado no campo da legislação estudando o seguinte:

- A) Lei 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Profissional -LDB de 1996, especificamente o capítulo da Educação Profissional;
- B) Lei 11.892-2008
Trata da criação dos Institutos Federais.
- C) Portaria do MEC No. 646 -1997
Constitui um Grupo de Trabalho com o objetivo de implantar a reforma da Educação Profissional articulada aos Estados e Municípios, bem como a preocupação com a formação de recursos humanos demandados pelos arranjos produtivos locais.
- D) Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP)
Este programa trata do desenvolvimento de ações integradas da Educação com o Trabalho, Ciência e Tecnologia com o objetivo de implantar um novo modelo de Educação Profissional
- E) Plano Nacional de Educação – PNE (2000-2010)
- F) Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas (2008-2011)
- G) Projeto Pedagógico Curso Técnico em Segurança do Trabalho, Modalidade Médio Integrado, 2019.

No segundo momento identificou-se os Impactos Legais e reais a partir da (observação participante) da interpretação da realidade educacional, econômica e social.

A Nova Educação Profissional e as Transformações Recentes no Trabalho Produtivo e no Estado conduziram a análise dos Arranjos Produtivos locais e o papel do Estado. Nesse sentido, se fez a ampliação do Inventário do modo pelo qual o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2008-2010) se desenvolve e vira O IFPE Campus Ipojuca e a oferta de vagas constitui uma classe de profissionais no curso de Segurança do Trabalho.

A pesquisa qualitativa (do tipo participante) contou com a participação de dirigentes e professores objetivando articular ao Inventário elementos comuns da realidade concreta. Essas informações foram acompanhadas da análise crítica das condições de ensino no IFPE.

A partir da discussão com dirigentes e professores se fez a leitura crítica do Projeto Pedagógico colhendo informações sobre quantitativo de alunos, equipes de

trabalho, metodologias de ensino, professor do curso de Segurança no Trabalho, articulação com empresas de recrutamento Técnico em SUAPE, estágio, incentivo à reflexão crítica e participação na gestão.

Nesse sentido, diante de tais informações a intenção foi elaborar um diagnóstico da legislação sobre o Ensino Profissional no Brasil e o modo pelo qual chega ao Município de Ipojuca, no contexto do estado de Pernambuco, por meio de uma política do Governo Federal materializada no IFPE.

É importante esclarecer que ao longo dos últimos 06 (seis) anos a participação em pesquisas permitiu apontar algumas mudanças no Território de Suape no sentido de caracterizar a relação trabalho e Educação Profissional na Zona da Mata de Pernambuco. A partir da influência e da análise dos dados fornecidos pelo IBGE, esses apontamentos permitiram comparar a condição socioeconômica e de trabalho no município de Ipojuca.

1.2.2.2 Instrumentos da Pesquisa

Para compreender a realidade que estamos apresentando utilizou-se como instrumentos de pesquisa:

- (i) Inventário, ou seja, um *check-up* da política de Educação Profissional;
- (ii) Observação (participante) dos sujeitos no campo da investigação ampliou o conhecimento a partir da escolha dos informantes nos seus contextos.

A referida observação participante permitiu construir um diário de campo sobre o qual se fez anotações sobre o local da referida pesquisa à medida que as mudanças provocadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram se consolidando nos contextos da Cana-de-Açúcar e do Complexo Industrial de Suape. Por isso mesmo o comportamento das pessoas – dirigentes de escolas e do Porto de Suape, IFPE, professores e pessoas que compõem o público-alvo de tais mudanças foram intensamente observados.

Segundo Thiollent (1994), a pesquisa participante refere-se à pesquisa de ações práticas. Sendo assim, já se consagram princípios metodológicos no modo de fazer pesquisas dessa natureza. No campo da Educação a referida modalidade de pesquisa tem apoio institucional e concebe a observação e a participação das pessoas, inclusive do pesquisador, com o compromisso de que seus atos são políticos levando em conta os contextos educacionais na reconstrução de um dado fenômeno escolar.

SEÇÃO II

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 O ESTADO EM AÇÃO: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO POLÍTICA SOCIAL

Nesta seção, sistematizam-se algumas considerações teóricas sobre o conceito de Educação Profissional na qualidade de política pública social. Frente a isso, a EPT aparece em relação à divisão social do trabalho, direito de cidadania e a perspectiva teórica que sustenta a presente pesquisa.

Segundo Teixeira (2002), políticas públicas configuram diretrizes de ação do poder público, regras, procedimentos, mediações entre sociedade e Estado onde se expressam poder político, disputas por recursos públicos e benefícios sociais. O processo de elaboração cada vez mais envolve a sociedade civil na discussão e definição de demandas. Nesse sentido, elas têm um objetivo, modalidades, concepções e formas definidas da organização federativa.

Para Nogueira & Di Giovanni (2018) estudos e pesquisas no Brasil indicam conexão entre Estado, políticas públicas e a realidade do cidadão beneficiário. Isso implica contribuir com o campo do conhecimento com dados concretos sobre a relação da escola com a redução da desigualdade pela formação de uma classe de profissionais. Trata-se, então, de um conceito que circula tanto entre as esferas de governo, como também na linguagem dos sindicatos, partidos, movimentos sociais, escola e instituições culturais. Contudo, a divulgação da produção teórica ainda é reduzida.

No campo acadêmico, o conceito de política de educação profissional, no contexto das políticas públicas sociais, vem sistematicamente ganhando visibilidade. Nesse sentido, torna-se objeto de estudo e na mesma análise se constitui como indicador. Seja para apontar caminhos para a sociedade civil, seja para contribuir com agendas governamentais.

Martins (2013), analisando especificamente o campo das políticas públicas de Educação, adverte para a constante busca pelo alargamento das perspectivas de análises. Isso ocorreu, dentre outros fatores, em função dos problemas de ordem econômica e social enfrentados pelo mundo ocidental. Dadas as diferentes visões dos autores, tais análises definem-se por diferentes termos – análise de políticas, análise para políticas, avaliação para políticas, avaliação política e de políticas – assim como pela influência de perspectivas teóricas distintas. Todos, porém, carregam em suas abordagens a explicitação das dificuldades do poder público no enfrentamento dos problemas públicos.

Nesse sentido, diversos programas de pós-graduação seguiram modelos teóricos-metodológicos adotados pelo campo da administração de empresas. Por isso mesmo enfatizaram suas abordagens a partir de métodos quantitativos e estudos de caso. A partir da década de 1950 até 1970 o estudo de Políticas Públicas conquista o status de campo disciplinar como subárea do campo da Ciência Política. Mas, na Alemanha, a partir da década de 1970, com a chegada ao poder dos grupos políticos de linhagem social-democrata, esses estudos florescem com mais vigor.

Nos Estados Unidos da América chama atenção a falta de análises sobre políticas públicas que contemplem o conceito de Estado e suas instituições. Nesse sentido, o foco das pesquisas refere-se à ação de governo na perspectiva de formar investigadores independentes com a tarefa de contribuir com planos governamentais. É assim que “se constitui uma tendência de estudos dedicados a examinar o mundo político, com foco na preocupação de procurar entender o que os governos fazem, porque e para quem eles fazem, ou ainda, em outras palavras, quem ganha e quem perde nas decisões de governo” (MARTINS, 2013, p, 279).

O fato é que o campo das políticas públicas educacionais nasce com as contribuições teóricas da Ciência Política, mas se desenvolve a partir de uma agenda

multidisciplinar cujas contribuições emergem das disciplinas geografia, economia, sociologia, antropologia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas.

Nesses contextos, observa-se o entendimento de que o Estado abriga grupos de interesses. Estes reorientam e renegociam suas demandas. Sendo assim, políticas públicas mudam, inclusive dentro da agenda do mesmo governo, como também modelos e estatutos teóricos que explicariam escolhas feitas num determinado momento e não mais em outros. Ao mesmo tempo, conceitos e termos como cidadania, classe social, hegemonia e igualdade se fortalecem nas pesquisas realizadas no campo das ciências humanas e sociais, como também se ampliam elementos na concepção dos direitos de cidadania no contexto de reestruturação do papel e das funções do Estado, conforme se discute mais adiante quando se faz a sistematização do conceito de cidadania.

A partir dos anos 1980, os novos estudos no campo das políticas públicas tendem a explorar as relações de trabalho e emprego, o surgimento de novas profissões e ocupações, bem como novas formas de inserção do mundo do trabalho. Nesse sentido, os estudos sobre os referidos temas focalizam o impacto do processo de privatização dos serviços oferecidos pelo Estado, como também resgatam conceitos tais como: eficácia, eficiência, efetividade, execução, excelência e economicidade, *accountability*, controle, gestão e avaliação de desempenho, bem como se assentam em metodologias como escolhas racionais de Olson, cuja proposta sustenta e fortalece a relevância dos interesses individuais sobre os interesses coletivos.

Neste contexto, quando se discute políticas educacionais, de fato, muitos estudos relacionam-se com a teoria das escolhas racionais. O objetivo é construir modelos que contribuam com a qualidade dos serviços públicos e estatais, principalmente no período pós II Guerra Mundial. Essa visão da racionalidade da política educacional colocou em discussão a capacidade da Educação contribuir com a constituição de sociedades mais igualitárias e desenvolvidas.

A partir da década de 1990, a produção científica no campo da Educação passou a ser objeto de análise por parte dos pesquisadores. Daí surge a crítica em relação ao percurso relacionado com o individualismo metodológico adotado no campo de análise de políticas públicas educacionais. Sendo assim, “as críticas são dirigidas à pouca relação estabelecida entre os propósitos das investigações, o delineamento

metodológico, os marcos teóricos e os resultados, bem como a predominância de estudos de caso, em detrimento de investigações de maior escopo” (MARTINS, 2013, p, 288).

A presente pesquisa, portanto, constitui-se a partir das pesquisas mais críticas em relação às mudanças da referida década. Nesse sentido, não é possível mascarar as mudanças provocadas pela reforma do Estado que se traduziu na nova agenda das políticas sociais orientadas pela filosofia neoliberal para a América Latina. Significando, assim, a definição de princípios orientadores para reestruturar programas e projetos governamentais. Estes passam a ser orientados pela focalização, terceirização e descentralização de ações governamentais colocando, assim, o município na perspectiva de desenvolvimento local (DRAIBE, 1993).

Para Cassassus (1990), o estado da oferta da educação na América Latina no contexto da agenda da descentralização apresenta uma complicação teórica porque ela pertenceria ao universo do Estado. Nesse caso, associa-se o Estado a um centro que deve ser descentralizado. Nesse sentido, o Estado será democrático quanto mais for descentralizado, assim como a iniciativa de descentralizar parte do centro em razão de uma crise que limitaria a sua expansão e nem sempre ampliaria a eficiência, eficácia e participação local.

Contrariando a tendência no modo de ofertar a educação, um dos princípios da agenda da reforma que se materializa na descentralização, se faz presente com o estudo sobre os Institutos Federais. Nesse sentido, a agenda da descentralização torna-se uma estratégia do Governo Lula da Silva II (2007-2010), no contexto de uma política mais ampla do seu governo chamada Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (discussão que será retomada na seção IV).

O objetivo do Governo Lula da Silva II é colocar o Nordeste do Brasil, especificamente o território do Porto de Suape (Ipojuca), como alvo da sua agenda. Ou seja, assentado na chamada descentralização política e administrativa ele faz uso político da reforma do aparelho de Estado, para colocá-la ofertando Educação Profissional como direito social.

Ao situar o debate teórico e político das políticas públicas sociais, especificamente da Educação, chama-se atenção para o problema provocado pela influência da Educação Profissional Técnica (EPT) na redução da desigualdade

educacional e social representada por uma classe de profissionais no contexto do Estado Gerencial e do processo de precarização social ². Para tanto, recupera-se o conceito de classe social e a capacidade da escola promover o desenvolvimento social e o sucesso de pessoas submetidas a um histórico processo de precarização do trabalho assalariado e a ausência da contribuição da Educação Profissional Técnica (EPT) na redução das desigualdades de classes.

Diante desses argumentos, entende-se que o foco da política de EPT, na qualidade de política social, reside na identificação do problema que pretende solucionar. Ou melhor, buscar resposta para o problema de articular Educação e mundo do trabalho, assim como o modo pelo qual se concretiza no sistema político (*politics*) e na sociedade política (*political society*). Ao mesmo tempo, estabelecer diálogos com as teorias e metodologias adotadas no campo mais amplo da análise das políticas de EPT. Por essa razão, as motivações políticas das pessoas que concretizam essa política são parte do percurso teórico-metodológico do presente estudo. Entende-se, assim, que a política de EP converte o que está disperso e sem qualificação para o exercício da cidadania.

Para contribuir com o redirecionamento das abordagens metodológicas das pesquisas educacionais, portanto, com ferramentas metodológicas como o inventário articulado ao método de investigação materialismo histórico-dialético, apontam-se dados sobre as transformações na relação entre Estado e sociedade, bem como no modo de promover a participação política e a intervenção governamental cuja política de descentralização dos Institutos Federais foi financiada por organismos internacionais e ao que parece ampliou a participação social ao reduzir a desigualdade de classes.

É sabido que, pela sua natureza, a política pública converte-se em áreas: econômicas, assistenciais, sociais, dentre outras. Em função do objeto de estudo da presente análise, o recorte teórico e empírico recai sobre a política de Educação Profissional Técnica (EPT) entendida no contexto das políticas públicas sociais e a ela se associa o papel do Estado na promoção da EPT enquanto direito de cidadania.

² Entenda-se o Estado Gerencial numa circunstância histórica provocada pela globalização, desmonte do Estado de Bem-estar, crise econômica, fiscal e administrativa dos Estados nacionais. Razão pela qual o Estado Gerencial busca reduzir gastos públicos e aumentar a eficiência do Estado e produtividade das organizações públicas estatais. No campo da política social o objetivo é terceirização, focalização e descentralização da assistência. Fazer de cada um consumidor de bens e serviços não importando o processo de precarização social que a ausência do Estado provoca. (DRAIBE, 1993; SALES, 2023)

É razoável iniciar a discussão dizendo que política de EPT, no contexto das políticas públicas sociais, trazem mudanças. Razão pela qual tem características específicas de cada época histórica, contexto e nível de organização da sociedade. Nesse sentido, cabe ressaltar que o foco da presente análise interpreta a política de EPT como um processo que tem relação com o Estado (gerencial) e o coloca como instrumento capaz de projetar a formação do tipo de pessoa, profissional e cidadão que a sociedade necessita. (SOUZA, 2006).

Hofling (2001), refere-se às políticas sociais alertando que se trata de uma estratégia de intervenção governamental cuja análise dos seus resultados exigem um grande esforço de análise no sentido de que se trata de diferentes aspectos do Estado entendido pelo conjunto de instituições permanentes vinculadas aos aparelhos de repressão e de organizações civis pelos quais a política de Educação Profissional Técnica (EPT) se movimenta.

A política de EPT qualificando a política social é o “Estado em ação” a partir de um projeto de governo. Logo, não pode ser reduzida a políticas estatais. Isso porque diz respeito” a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (HOFLING, 2001, p, 31).

Segundo Demo (1994), de fato, a política social define-se pelo seu potencial de reduzir desigualdades sociais. Assim, não será social a política que não atacar as desigualdades provocadas pela concentração da renda e do poder. Para tanto, em termos objetivos, dois horizontes são essenciais, quais sejam: inclusão adequada no mercado de trabalho e cidadania.

Desta perspectiva, o referido autor afirma que, de fato, o papel do Estado com política social é relevante, uma vez que faz parte de suas funções propostas e projetos com capacidade de reduzir desigualdades sociais. Por sua vez, à medida que a desigualdade se estrutura na realidade social, não executar tais políticas deixa-se uma classe de indivíduos fora do mercado de trabalho e da Escola.

Entende-se, assim, que a falta de trabalho e de profissão não pode ser mascarada. Importa saber que seu enfrentamento pode significar redução das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, compreende-se que a política de EPT, no contexto da política social,

parte de um planejamento, isto é, uma ação organizada que contribui para organização de uma classe de profissionais aprendendo a fazer intervenções no processo histórico a partir da apropriação do conhecimento produzido pela escola.

A política de Educação Profissional, portanto, deve servir para emancipar o indivíduo com autonomia econômica porque a profissão e o trabalho assalariado destinam-se a autossustentação, como também autonomia política justamente por referir-se à cidadania. “Trabalhar/produzir e participar definiriam as oportunidades históricas das pessoas e sociedades, desde que almejem projeto próprio de desenvolvimento. Não é ideal social, ser assistido, a menos que seja inevitável. Uma sociedade se faz de sujeitos capazes, não de objetos de cuidado” (DEMO, 1994, p, 23).

É importante reafirmar o relevante papel do Estado na oferta da Educação Profissional como estratégia de preparação para o trabalho assalariado e do próprio mercado de trabalho para reduzir desigualdades sociais e, conseqüentemente, promover o trabalho produtivo objetivando a tal emancipação política prometida pela modernidade.

A política de EPT, portanto, é uma política participativa e visibiliza as contradições da sociedade e do Estado capitalista. Desse contexto, surgem oportunidades de formação e de compreensão da injustiça social que a falta da Escola representa, sobretudo para os indivíduos que vivem do trabalho assalariado e tem o direito de aprender a ser homem e cidadão. Aprender a partir de uma política concreta que qualifica uma classe de profissionais e a coloca numa perspectiva concreta de entrar no mercado de trabalho com uma presença consciente e organizada a partir do trabalho produtivo.

Sendo assim, a educação profissional como política social tende a desvendar não apenas a relação entre o indivíduo, o saber e a escola, mas, sobretudo a classe social. O mundo das profissões, isto é, o mundo do trabalho. Há, então, a preocupação com o modo pelo qual a escola forma o trabalhador. É difícil não pensar na possibilidade de a prática pedagógica produzir efeitos sobre o sucesso do jovem que pertence a classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, a capacidade da escola de traduzir marcadores das origens sociais, tais como trabalho e salário (CHARLOT, 1996).

2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO

Nas sociedades capitalistas, portanto, o trabalho configura-se e reconfigura-se. Nesse sentido, ele tende a ser valorizado ou perder valor de tal modo que afeta a condição humana. Uma vez que o entendimento é de que o trabalho significa inclusão e proteção social, a Educação Profissional Técnica (EPT) e sua relação com o mundo do trabalho viabiliza redução das desigualdades sociais e cria oportunidades de formar classes de profissionais que, por sua vez, aprendem habilidades e competências planejadas, mas também a ser humano e cidadão que participa de agendas públicas em defesa da emancipação humana. Seja na produção e apropriação do conhecimento oferecido pela escola, e necessário para ampliação das práticas capitalistas, seja para aprender novos horizontes de vida profissional e social (MÉSZÁROS, 2008).

Saviani (2007), para explicar os fundamentos históricos-ontológicos da relação trabalho-educação parte da ideia de homem a partir das condições efetivas. Isto é, da realidade efetiva. Pois, o que distingue o homem dos animais refere-se a sua capacidade de transformar a natureza conforme suas necessidades. O ato de trabalhar e fazer transformações na natureza objetiva suas necessidades humanas. Sendo assim, o homem aprende a ser homem pelo trabalho. Ele pensa e faz e sua formação é um processo educativo do qual coincide a sua própria origem. Essa relação nasce da vida em comunidade. “os homens apropriam-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações” (SAVIANI, 2007, p, 154). Apropriação coletiva é o que se qualifica de “Comunismo primitivo”. O aprendizado é compartilhado, comum a todos. Não existe a divisão social em classes, tampouco o sistema de privilégios que caracteriza as sociedades de classes.

O fato é que a efetiva divisão do trabalho e a divisão dos homens em classes sociais permitiu a propriedade privada da terra e o controle sobre ela. Isso vale também para a Educação: uma para a classe proprietária de bens materiais como a terra; e outra para a classe que trabalha (escravos e serviçais). Por um lado, a educação determina para a classe proprietária desenvolver atividades intelectuais, arte e apropriação das palavras, bem como exercícios físicos lúdicos ou militar. Nesse contexto, a escola materializa um tipo de educação que se separa do processo de trabalho. Por outro lado, a educação direcionada para a classe que trabalha não se organiza na forma escola, mas, sim, no processo de trabalho. Nesse sentido, a escola que se institucionaliza exige

tempo livre, separa instrução e trabalho e torna-se referência para qualificar ou desqualificar todas as formas de educação escolar.

É assim que se institucionaliza a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, uma vez que apropriar-se das palavras é uma arte que viabiliza poder para falar e para governar. Consequentemente, todos os indivíduos que trabalham e constituem uma classe de indivíduos dominados por aqueles que transformam o saber em instrumento de poder “enfrentam um processo de exclusão social que nasce na sociedade e na escola destinada a transmitir o conhecimento e a cultura livresca codificada numa áspera e sádica relação pedagógica” (SAVIANI, 2007, p, 156).

Contudo, o referido autor ensina que o modelo de escola criado pode ser recriado e oferecer alternativas de trabalho profissional e de vida social. Razão pela qual as rupturas que envolvem a escola e, a EPT em particular, são consequências das mudanças provocadas pelo modo de produção da existência humana. O modo de produção capitalista avança, sem dúvidas. Com elas, o Estado se colocou como protagonista, tomando para si a ideia da escola pública, universal, gratuita e obrigatória. Nesse sentido, a escola é separada da produção. Ao mesmo tempo, separa-se a sociedade em classes a partir da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Segundo o referido autor, à medida que o modo de produção muda a relação trabalho e educação também se modifica. Ela assume uma dupla identidade: de um lado, uma educação que se realiza ao lado do processo de trabalho; do outro lado, a destinada ao trabalho intelectual, sobretudo na preparação dos dirigentes políticos. Por outro lado, nas sociedades contemporâneas o capitalismo apresenta sinais de crise na forma de exploração da força de trabalho e passa a se justificar tendo como base o conhecimento produzido na escola, assim como na defesa da redução do papel do Estado na oferta de serviços públicos como educação. Mesmo assim a escola ainda é o lugar para difundir o aprendizado das chamadas habilidades e competências práticas. E por conta disso, ela também cria outras sociabilidades dentre as quais a identidade de classe profissional, bem como demarca o padrão de exclusão da sociedade e da divisão do trabalho que o Estado materializa na EPT.

Poulantzas (1981) é um crítico do Estado capitalista pela sua extensa burocratização e complexidade. Inspirado em Gramsci, ele afirma que, nas sociedades capitalistas, a presença do Estado não é exterior às relações sociais de produção e a

divisão do trabalho que elas implicam. Pelo contrário, o Estado materializa e reproduz as relações político-ideológicas das relações de produção: as classes sociais. Por isso, ele se organiza a partir da divisão do trabalho mais geral própria das formações sociais capitalistas. Isto é, na separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, assim como na produção de conflitos sociais.

A construção teórica do Estado capitalista não deve recair na concepção positivista e empirista que domina as ciências sociais. Essa tendência leva o pesquisador a construir o objeto teórico com o conceito de tipo ideal. A referida metodologia, então, faz com que se interprete o Estado a partir de comparações entre diversos Estados capitalistas. Para o referido autor, a construção teórica da instituição só pode ser elaborada ao se relacioná-la com a história das lutas políticas dentro do capitalismo, pois o Estado capitalista tem uma materialidade que deve ser procurada na relação do Estado com as relações de produção e a divisão do trabalho que elas implicam. O Estado é representativo, moderno e nacional-popular. Logo, ele reproduz as classes, ou a luta de classes, razão pela qual a materialidade não deve ser reduzida ao seu papel na dominação política.

Sendo assim, a presença do Estado numa formação social capitalista não é exterior às relações de produção e a divisão do trabalho. Pelo contrário, o Estado materializa e reproduz as relações político-ideológicas das relações de produção: as classes sociais. Nesse sentido, a burguesia aparece em frações do capital – monopolista, não-monopolista, industrial, financeiro, comercial – que forma um bloco de poder cuja luta política entre si é pela hegemonia. Isto é, o predomínio de uma determinada posição política capaz de conduzir o aparelho de Estado e a nação (COUTINHO, 1981). Aquele, portanto, é constituído de aparelhos e setores estratégicos que não são a expressão política do poder da burguesia. Mas, a burguesia por meio desses aparelhos expressa seus interesses de classe: leis, normas, medidas repressivas, organização do trabalho e do conhecimento científico, dentre outros, porque o Estado tem uma materialidade institucional.

Para entender a materialidade do Estado, portanto, o ponto de partida é a relação do Estado com as relações de produção e a divisão do trabalho que elas implicam. Pois, o Estado se organiza a partir da divisão do trabalho mais geral própria das formações sociais capitalistas. Isto é, na separação entre trabalho intelectual e trabalho manual. Nesse sentido, se efetiva um modo de saber, um discurso e um intelectual que faz esse

discurso no aparelho de Estado ganhar funcionalidade. Por sua vez, o trabalho intelectual funciona na organização e regulação das classes sociais. Seja pelo discurso que questiona, seja pelo discurso que reafirma o poder de uma classe hegemônica cuja classe representada pela burocracia especializada no caso, na EP, tanto contribui como pode viabilizar o distanciamento das massas populares da apropriação desse discurso.

À medida que se interpreta o Estado como luta política entende-se, assim, que a política de EPT tem o potencial de contribuir na sua organização como classe de profissionais. Sendo assim, é razoável supor que lutas políticas entre pessoas que fazem os projetos pedagógicos de EPT sem dúvidas atendem interesses do capital, mas também ajudam a expor a contradição da própria relação entre trabalho e educação no sentido de que o conhecimento é um campo efetivo de poder e a educação contribui para o fim das práticas autoritárias e elitistas, bem como para a formação de força de trabalho qualificada para o trabalho assalariado.

Nas sociedades capitalistas, portanto, profissões e classes de profissionais representam conceitos e tipos de políticas públicas associadas às classes sociais. Nesse sentido, falam-se em trabalho, ou melhor, da sociedade do trabalho onde as profissões desenham a classe social e um modelo de dominação que se assenta no poder do Estado. Por sua vez articulam-se o funcionamento dos seus aparelhos para organizar capital e força de trabalho, sobretudo pela regulamentação das profissões e do seu poder político (BONELLI, MICK & NUNES, 2017).

O fato é que a política de educação profissional é um campo de estudo vasto onde se identificam contextos políticos e socioculturais, assim como se expressam diferentes perspectivas teóricas e metodológicas de interpretar a ação do Estado. Seja pela sua capacidade de ensinar ideais humanísticos, seja pelo aprendizado dos valores culturais tais como emancipação política pela investigação crítica da própria sociedade (FREIRE, 1983).

2.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DIREITO DE CIDADANIA

Segundo Marshal (1996) a cidadania apresenta-se sob três categorias de direitos: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. Quando examinamos o

contexto histórico que definiu essa categoria de análise, é possível localizar o surgimento de cada elemento que a constitui em diferentes épocas.

Os direitos civis associados às liberdades individuais e coletivas se constituíram no século XVIII, com o surgimento da burguesia; os direitos políticos dizem respeito ao direito de participação do sistema político teriam se desenvolvido no século XIX, com a organização da classe operária da França e da Inglaterra; os direitos sociais estão relacionados a todos os direitos relativos a um mínimo de bem-estar e são realizados através dos serviços sociais e do sistema educativo surgiram no século XX.

No debate político mais recente, a ideia de que esses direitos têm uma relação direta com a luta social permanece. Contudo, emergiu uma nova categoria de direitos chamado direitos republicanos. Nesse sentido a cidadania se completaria com a consciência coletiva do interesse público. Assim, os direitos republicanos se associam ao direito do cidadão aos bens públicos, ao patrimônio do Estado (BRESSER PEREIRA, 1997).

Dessa perspectiva, os direitos republicanos se constituem de três categorias: direito ao patrimônio ambiental, refere-se aos bens naturais com valor econômico, ecológico, cultural, espiritual, paisagístico, histórico e social; Direito ao patrimônio histórico-cultural refere-se ao Sistema Nacional de Cultura (CF 1988; artigo 216-A) e o direito ao patrimônio econômico público ou coisa pública que diz respeito ao patrimônio econômico estatal, ou seja, a receita tributária do Estado (BRESSER PEREIRA, 1997).

É importante lembrar que a emergência dos direitos republicanos dá-se no contexto da agenda da reforma do Estado. Nesse sentido, o princípio da descentralização das políticas sociais no Brasil assume dois planos de análise: um na esfera da sociedade política; e o outro na esfera da sociedade civil.

Do ponto de vista da sociedade política um dos aspectos considerados na literatura especializada é a crise fiscal e o processo de democratização da sociedade e do Estado na perspectiva de desmontar a burocratização promovida pelo *Welfare-State* ou Estado de bem-estar social, bem como a possibilidade de criação de novos mecanismos de participação do cidadão no controle de processos administrativos e decisórios.

Por outro lado, a descentralização na esfera da sociedade civil e a perspectiva de direitos de cidadania aparece associando muitas das funções do Estado atribuições da sociedade civil. Nesse sentido, o ideal de promover uma cultura cívica, a demanda pela implementação de política de EPT, no contexto das políticas sociais, objetivando inclusão social pela via do trabalho qualificado, inicialmente, encontra dificuldades. Por isso, a descentralização que faz a ampliação dos Institutos Federais (IFs) tornar-se concreta no Território de Suape coloca o Estado diante das suas funções de organizar uma classe de profissionais buscando relacionar Educação e Trabalho na qualidade de direitos sociais.

Nesse sentido, a Educação Profissional Técnica (EPT), objeto da presente análise, interpreta-se como direito social e foi normatizada pela Lei N° 11.892/2008, que cria os IFs, e se transformou em meta do Plano Nacional de Educação (PNE). Por sua vez, o objetivo é ampliar a quantidade de matrículas ofertadas pelos Institutos. Isto ocorre na agenda do Estado Gerencial entendendo-se a descentralização política e administrativa com uma de suas metas.

É sabido que a Educação Profissional Técnica (EPT), na qualidade de política social de Estado, o seu limite é reproduzir a sociedade, isto é, existe uma perspectiva de classe e de relações sociais de classe que expressam a ocorrência de conflitos provocados pelas exigências dos processos de trabalho e pela forma como o Estado opera buscando qualificar a força de trabalho para as (novas) exigências do chamado mundo do trabalho (OFFE, 1984).

No entanto, essa mesma política de EPT além de ampliar a função do Estado no campo da educação criando a possibilidade de desenhar – talvez novamente - o padrão de proteção social, sua intervenção tende a diminuir as desigualdades e o nível do conflito entre capital e trabalho (HOFLING, 2001, p, 31). Logo, por meio da política de EPT seria possível requalificar os conflitos entre classes sociais podendo gerar resultados diferentes dos esperados e elaborados dentro do aparelho de Estado, uma vez que a política de educação profissional traduz lutas sociais em torno de uma concepção de mundo e desmembra uma classe de profissões cujos profissionais tendem a manifestar interesse pela redução das desigualdades educacionais e sociais.

É assim que o Estado preserva as relações sociais que caracterizam a sociedade de classes, mas também transforma mão de obra desqualificada e sem poder de

organização política em possível trabalho assalariado com proteção social e um amplo processo de socialização, conforme observações de Offe (1984).

Na história da Educação Profissional Técnica (EPT) no Brasil identifica-se que a luta pela cidadania e democratização da sociedade e do Estado há muito se configura como problema cuja solução demanda política pública social de Estado. Faz parte da história a falta do reconhecimento como direito de cidadania para todas as classes sociais. Entende-se, assim, que a própria falta de um projeto político de Educação Profissional Técnica (EPT) no contexto de sociedade moderna vinculou o aprendizado de uma atividade prática como algo desconectado dos negócios capitalistas e do próprio papel do Estado na organização das classes sociais e das desigualdades que se estruturam entre elas.

O fato é que a EPT nos chega pelo poder da chamada burguesia industrial cujo trabalho assalariado desenha uma relação de classes sociais configurada num duplo processo de urbanização e industrialização. É assim que a EPT atende demanda da indústria que se consolida como setor econômico. Ao mesmo tempo, sua orientação, sem dúvidas, recai para o modo de produção, mas articula os indivíduos para o mundo do trabalho e a perspectiva de classe à medida que a Educação Profissional Técnica (EPT) perde o viés do assistencialismo, para ganhar o status de formação de recursos humanos (TOMÉ, 2012).

O fato é que a expansão dessa modalidade de ensino é objeto do debate político. Nesse sentido, formam-se frentes de discussão no Congresso Nacional e Conselho Federal de Educação. Há dificuldades históricas de consenso no sentido de expandir a sua oferta no sistema de ensino público governamental ou em parceria com organizações da sociedade civil ligadas ao capital e a força de trabalho.

Em termos práticos, a Expansão da EPT entra no PDE (2008-2010), bem como um programa de governo chamado Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), para onde destinam-se a legitimidade das parcerias com o setor produtivo, assim como recursos públicos objetivando a descentralização dos IFs, o financiamento e sua universalização.

É importante lembrar que os termos do PDE (2008-2010) surgem num contexto de reorganização dos arranjos produtivos locais. Isto é, reestruturação produtiva e novas

relações de trabalho. A estrutura produtiva fundada em bases fordistas recua para ceder lugar ao sistema de controle do trabalho chamado Toyotismo.

O Sistema Toyota reorganiza o chão da fábrica e reafirma o papel de trabalhadores multifuncionais e polivalentes. Para tanto defende a redução da presença pública do Estado na oferta de tal modalidade de ensino. Razão pela qual a flexibilização e expansão da oferta da EPT passa a ser uma justificativa para as frações do capital representada pela Indústria e o Comércio, no sentido de reconhecer a carência de força de trabalho especializada no Brasil.

Portanto, a EPT é uma construção que tanto a indústria como o comércio redirecionam suas estratégias de recrutamento da força de trabalho, como também querem ampliar a sua participação na elaboração de práticas pedagógicas nesse campo. Assim, o trabalho assalariado ganha em qualidade técnica e perde proteção legal em nome de uma filosofia de atendimento ao mercado. Só é contratado o técnico especializado em demandas específicas do mercado.

Segundo Mészáros (2008), a Educação não deve ser interpretada como um negócio, tampouco qualificar para o mercado e, sim, para a vida. Ao mesmo tempo, para a perspectiva estruturante da relação com o trabalho e sua promessa de emancipação política. Contraditoriamente, para conquistar a chamada emancipação política a vida assume contornos práticos. Nesse sentido, se transforma demandas em propostas de promoção do trabalho por meio da EPT, bem como estratégias governamentais de políticas públicas sociais com potencial de estruturar a expansão das atividades produtivas e o nível e qualidade das ocupações profissionais (POCHMANN, 2000).

Entende-se que nas modernas sociedades capitalistas o trabalho é uma relação mediada pelo salário e pelo mercado de trabalho. No entanto, colocar-se nele ou sobre ele não deixa de se expressar os indivíduos e suas condições sociais concretas, o nível da desigualdade social e a redução de problemas sociais provocados pela falta de EPT e de trabalho.

Nesse sentido, à medida que se entende as práticas concretas da EPT não se pode ignorar sua relação com o trabalho assalariado, bem como os estudos e pesquisas que a tomam como objeto de estudo tanto pelo seu potencial de criar trabalho com salário, como também pela compreensão de percursos investigativos a luz do materialismo

histórico-dialético estimulando a compreensão de que EPT fala de profissões, classes sociais e direitos sociais.

Trata-se, portanto, da defesa da EPT pela sua capacidade de formar uma classe de profissionais e sua capacidade política de permitir que o indivíduo aprenda a pensar, ou melhor, descubra outro modo de pensar o papel da Educação e do Trabalho com disposição para melhorar as condições concretas da vida, mas também do conhecimento sobre ela. A qualificação técnica para o exercício do trabalho tende a alargar a participação e a descoberta de que à medida que se aprende torna-se gente e cidadão.

Entende-se, assim, a capacidade da EPT de ir além do mercado de negócios e dos interesses dos negociantes, pois o exercício do trabalho que a referida EPT viabiliza e qualifica a educação escolar, utiliza-se de oportunidades que qualificam o trabalho assalariado tende a e reduzir as desigualdades de classes. Numa época de precarização do trabalho e redução das funções públicas do Estado, coloca-se a EPT na perspectiva de desenvolvimento pessoal e coletivo com formulações técnicas e políticas em situações práticas.

Estamos tratando da Educação profissional Técnica (EPT) ofertada pelos Institutos Federais (IFs) com proteção legal, como política educacional do PDE (2008-2011) mas também como estratégia de organização política do sistema capitalista que permite a criação de alternativas e a própria crítica ao projeto de sociedade que desenha a desigualdade educacional a partir da Escola.

Compreende-se a Educação Profissional Técnica (EPT) de Nível Médio, como política de Estado. Nesse sentido, busca-se identificá-la com a luta política mais global da sociedade e dos interesses de classes, razão pela qual ingressamos numa discussão na qual o Estado materializa funções que expressam concepções e princípios filosóficos de Educação Profissional (MANFREDI, 2002).

No campo do debate teórico, portanto, a produção do conhecimento sobre EPT coloca aspectos diferentes quanto a sua própria natureza, principalmente quando está em discussão interesses de classe: trabalhadores, empresários e gestores do Estado, bem como a luta política em defesa da escola pública como direito social. Nesse sentido, existe a concepção teórica de EPT que materializa práticas assistencialistas, a concepção acolhida pelo Sistema S que vincula uma forte relação das habilidades e competências desenvolvidas na Escola com os arranjos produtivos e práticas capitalistas. Mas também

existe uma perspectiva que a entende no campo dos direitos sociais. Há algo na EPT que viabiliza a materialização do Estado e sua função política de organização das classes sociais.

Essa relação entre EPT e formação de classe de profissionais entende-se pela sua capacidade de qualificar direitos de cidadania e redução das desigualdades sociais, por isso uma das bases teóricas que sustenta a presente análise se assenta na concepção que entende a formação para o trabalho integrada ao nível médio orientada pela “ideia de uma educação tecnológica numa perspectiva de trabalhadores como sujeitos coletivos e históricos” (MANFREDI, 2002). Assim, se contrapõe à EPT numa perspectiva compensatória e assistencialista direcionada para os pobres.

Dessa perspectiva, à medida que as sociedades se transformam mudam também os mecanismos de controle sobre o trabalho, um deles é a qualificação escolar e técnica. O trabalho assalariado é uma modalidade que se distingue pelo nível de escolaridade e um distintivo de classe daqueles que vendem força de trabalho. Esse argumento é particularmente importante para o presente estudo porque objetiva entender a EPT pelo vínculo com a expansão da estrutura de emprego e aumento de ocupações assalariadas. (seja para sua inclusão seja para sua exclusão do processo produtivo). A EPT, portanto, passa a ser interpretada pela sua contribuição com o argumento que defende a educação e o trabalho como direito social incorporado aos projetos de escolarização dirigidos a jovens e adultos pertencentes aos grupos populares (MANFREDI, 2002).

Conforme se percebe, a EPT é um campo de conhecimento que para ser compreendido demanda pensar o conceito refletindo a própria sociedade. No caso das sociedades capitalistas revela contradições entre capital e trabalho, bem como formas de apropriação do conhecimento pela classe trabalhadora, que no debate mais contemporâneo, se traduzem em habilidades e competências no formato Toyotismo ou *just in time*.

Esse argumento deve-se ao fato de que no modelo do capitalismo assentado no sistema Toyota e na reestruturação produtiva se entende a qualificação para o trabalho com base no conceito de competência. Esta, por sua vez, torna-se plano do Estado Gerencial, na posição do Governo Federal, por meio do desenvolvimento de políticas de formação profissional e ampliação dos IFs por diversas cidades no interior do Brasil. A partir do debate teórico sobre Educação Profissional Técnica (EPT), no contexto das

políticas públicas sociais, faz-se necessário dizer que a relação que se faz entre trabalho, Estado e educação é objeto da próxima seção.

SEÇÃO III

ESTADO, TRABALHO E EDUCAÇÃO

3.1 A MODERNA SOCIEDADE E O PAPEL DO ESTADO NA EDUCAÇÃO PARA TRABALHO

A complexa relação educação e trabalho surgiu na chamada modernidade capitalista. Por isso tentamos esclarecer nesta seção como o mundo moderno não somente constituiu o trabalho assalariado, como também exerce forte influência sobre o papel do Estado no campo da EPT.

Nas chamadas sociedades modernas um dos teóricos com influência relevante no campo da Educação, tanto na França como no Brasil, chama-se Émile Durkheim (ARON, 1987). Para ele a sociedade não é marcada pela contradição entre trabalho intelectual e trabalho manual, tampouco considera o conflito entre os grupos sociais característicos das modernas sociedades industriais. Pelo contrário, sua teoria exerce influência no campo epistemológico da Educação com o paradigma funcionalista cujo argumento entende, dentre outros aspectos, que a Educação serve para oferecer conhecimentos dos valores sociais e selecionar indivíduos com talentos para essa finalidade (GOMES, 2005).

No livro “Da divisão do trabalho social”, Durkheim (2010), entende que a divisão social do trabalho é o ponto de partida para instituir um projeto moderno e civilizador. Para o referido autor, a sociedade não nasce dos indivíduos em interação a partir de sua capacidade de racionalidade, mas de uma sociedade pré-existente que

demanda uma forma de solidariedade para manter vivos seus órgãos e cumprir a função de promover a coesão e os sentimentos sociais.

Sendo assim, a divisão social do trabalho tende a prestar serviços econômicos por fazer de cada indivíduo um trocador, mas sobretudo tem um efeito moral no cotidiano dos indivíduos à medida que cria um sistema de relação assentado em direitos e obrigações. Criam-se entre as pessoas um sentimento de solidariedade social. A divisão social do trabalho criaria entre as pessoas um sentimento de consciência coletiva, já que repartir trabalhos humanos significa constituir redes de solidariedade social. E mesmo com uma diferenciação o consenso se realiza. Nesse sentido, há o reconhecimento da contribuição do outro. Cada indivíduo exerce sua função e papéis sociais, para garantir o funcionamento da sociedade como um todo.

Para autores como Savianni (2007) e Frigotto (2014), de uma perspectiva crítica, no entanto, o campo da educação recebe a influência do chamado paradigma do conflito, para quem a menor unidade de análise não é o indivíduo e, sim, a classe social. Nesse sentido, entende-se que os processos sociais no campo da Educação são contraditórios e atravessados por conflitos, diferentemente da abordagem assentada na tradição do paradigma funcionalista.

Segundo Frigotto (2014), o marxismo e o método dialético, para quem o mundo material é imprescindível para estudar o modo pelo qual os homens se relacionam e como pensam em suas atividades práticas, é importante reconhecer a relevância das categorias trabalho, modo de produção e classe social, como ferramentas para oferecer respostas aos problemas relacionados à educação e a sua relação com as contradições próprias de uma sociedade moderna e desigual. Razão pela qual impulsiona o pesquisador a ultrapassar a noção dos tipos ideais e buscar na realidade concreta o sentido do trabalho e as razões para reduzir desigualdade de classe, bem como o modo como o Estado opera e os motivos pelos quais espalha suas contradições.

Segundo Apple (1982), a educação é um campo político. Dessa noção, advém a necessidade de complementar análises de arranjos produtivos com uma concepção de cultura e de ideologia. Para ele os símbolos culturais organizados na Escola, no contexto da educação, se articulam às práticas capitalistas. Sendo assim, a Educação Profissional produzida na escola, o conhecimento e o educador que produz tal conhecimento operando no aparelho de Estado, o faz. No entanto, a palavra-chave é o conceito de

hegemonia. Isto é, o predomínio de uma determinada posição política. Por sua vez ao se internalizar na Escola, reafirma-se que existe uma relação entre a escola como símbolo cultural e a sociedade capitalista sobre a qual ela se ergue.

No livro: “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, Engels (1984), analisa as mudanças provocadas pela divisão social do trabalho tendo por base as transformações nas relações econômicas e de poder. As relações entre as pessoas perdem os laços comunitários e afetivos, para se tornarem racionalizados e com fins determinados. A divisão do trabalho social nas modernas sociedades capitalistas significa a divisão da sociedade em classes e a instituição do Estado com funções coercitivas sobre os processos de trabalho. Nesse sentido, o Estado é representativo do capital e do trabalho assalariado (Engels, 1984, p, 181).

Por outro lado, a modernidade e a noção de civilização aparecem associada ao projeto político da chamada classe burguesa. Daí a importância do papel das lutas políticas no sentido de construir o caminho para a emancipação política daqueles que vivem do trabalho e daqueles que em virtude do aumento da pobreza ficam sem rumo, sem Educação, sem profissão e sem trabalho assalariado. O Mundo Moderno ergue a sociedade burguesa orientada por um “espírito empreendedor” vocacionado para construir uma relação de dominação a partir do trabalho assalariado. Nesse sentido, o trabalho vale dinheiro e determina respostas coletivas porque ele cria uma classe de indivíduos em tais condições, assim como lança as sementes da divisão social: trabalho intelectual e trabalho manual.

Nas sociedades do trabalho assalariado a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, por exemplo, articula a Educação Profissional ao conceito de competência porque sua elaboração articula-se com a organização do trabalho produtivo. Por isso se pensa a relação do Estado com a Educação Profissional e o Trabalho no sentido de que se estabelece uma relação entre trabalho intelectual e dominação política. Razão pela qual se efetiva um modo de saber, um discurso e um intelectual que faz esse discurso ganhar funcionalidade dentro do aparelho de Estado (POULANTZAS, 1981).

Portanto, as relações entre classes sociais assentadas na mercadoria e no seu fetiche tem uma propriedade muito específica chamada trabalho humano. Nesse sentido, a mercadoria tende a esconder o próprio trabalho dos homens posto nela e “os produtos

do trabalho humano parece dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos” (MARX, 1982, p, 81). Razão pela qual, o trabalho modifica a natureza e a própria natureza humana se modifica pelo trabalho.

Segundo Marx (1982), essa forma histórica de desenvolvimento não teria surgido de um espírito empreendedor, conforme interpretação de Weber (1986), nem teria criado uma rede de solidariedade e consciência social, como supunha Durkheim (2010). Pelo contrário, o capitalismo surgiu a partir de um processo que se qualifica de acumulação primitiva entendida como uma forma capitalista que se constituiu em modo de produção pela expropriação do produtor de suas terras e dos seus produtos, bem como pela sua transformação em força de trabalho assalariada e criação de sistemas públicos por meio dos quais o trabalho se organiza – tempo, leis, metas, salário, justiça do trabalho, contratos precários, etc.

Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo não é uma questão de vocação assentada numa conduta ética ou valores morais, conforme argumentos de Weber(1987). Segundo Marx(1982), pela violência destruíram-se velhas instituições do mundo feudal, para reafirmar no plano institucional as práticas capitalistas e a moderna sociedade do trabalho caracterizada por uma desigualdade entre classes sociais. Para tanto, o papel do Estado na articulação de formas de organização do trabalho que separam o produtor do processo de produção e ostenta a mercadoria fora do seu contexto social foi fundamental.

De fato, o trabalho é o fundamento da atividade humana em todas as sociedades. Nas sociedades capitalistas se realiza mediante relações sociais de assalariamento. Nesse sentido, tem uma lógica específica e objetiva fazer com que o homem se aproprie da técnica e alcance os objetivos planejados (ANTUNES, 2004).

Nesse contexto, para atingir tais objetivos o trabalho humano significa energia humana transformada em força de trabalho. Nesse contexto, o avanço da produção econômica em bases capitalistas alcança a Filosofia da Educação de maneira que, ao articular Educação e trabalho, o Estado regula a força de trabalho e toma para si a função da Educação, assim como define como uma de suas funções qualificar a força de trabalho com habilidades e competências específicas.

Essa relação estruturante entre Educação e trabalho, bem como as suas possibilidades de reduzir desigualdades sociais e oferecer alternativas políticas para

aqueles que vendem força de trabalho é um caminho que coloca a EPT muito além das pedagogias sádicas e perversas. Pelo contrário, tem que se qualificar as pessoas como força de trabalho e cidadão que se posiciona nos espaços públicos e ajuda a pensar outras formas de viver e aprender com EPT e trabalho assalariado que efetivamente melhoram a condição humana e cultural.

Portanto, para fazer do trabalho assalariado uma ferramenta de superação da exclusão e redução das desigualdades sociais, a EPT é condição fundamental. Pois, sendo a Escola um símbolo da sociedade capitalista é preciso considerar a sua capacidade de transformar os indivíduos que estão dispersos em classe social.

3.2 O ESTADO E SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

Entenda-se o Estado pela sua materialidade, isto é, pelo papel das instituições que as desenham. Isto é, sociedade política e sociedade civil (COUTINHO,1981). São duas esferas que se relacionam com funções diferentes. A sociedade política se materializa nos aparelhos de repressão do Estado – Exército, burocracia, administração, etc., - objetivando a dominação de um grupo representativo de uma classe hegemônica sobre os demais grupos sociais.

A sociedade civil – lugar e campo da Escola e da Educação Profissional, igreja, imprensa, sindicatos, organizações profissionais, instituições culturais, etc. – corresponde a função de hegemonia, isto é, de predomínio de uma posição política que a classe dominante exerce sobre toda a sociedade. É o lugar em que expressam sujeitos coletivos em disputas por hegemonias, isto é, o predomínio de posição política.

Segundo Apple (2001), sendo a Escola parte do Estado para entendê-la se faz necessário compreender a ideologia de forma plural e utilizar o conceito de Estado numa perspectiva de classe. Nesse sentido, o conceito de classe implica o quanto de dinheiro se ganha ou qual o tipo de trabalho se realiza, mas também “a relação que se estabelece com o controle e a produção do capital econômico e cultural. Classe significa também um processo cultural e complexo criativo, incluindo entre outras coisas, linguagem, estilo, relações sociais íntimas, desejos, sonhos. A classe é uma posição estrutural e algo vivido.

Essa forma de compreender o Estado e sua política de Educação profissional Técnica (EPT) no universo particular do IFPE oferece contextos, pessoas e classes no sentido de identificar o modo como o Estado opera a ideologia do Toyotismo - qualidade de sistema de controle sobre o trabalho que será sistematizado adiante. Tanto pela criação do IF numa região determinada pela reestruturação produtiva das práticas capitalistas, como também pela formação de uma classe de profissionais em Segurança do Trabalho.

Dessa perspectiva, o trabalho determina o quanto de dinheiro se ganha, mas também suas implicações para uma classe de indivíduos que mesmo reproduzindo as bases ideológicas do Toyotismo, pretende ultrapassar a realidade vivida pela ausência da EPT, bem como a resposta que o conhecimento técnico profissionalizante oferece para requalificar o nível do conflito de classe.

A Educação Profissional Técnica (EPT), portanto, não é apenas instrumento de dominação econômica. Pelo contrário, entende-se que há um processo de recrutamento das pessoas que se apropriam de conhecimento não apenas de forma passiva ou para existir a sombra da elite burocrática ou Industrial. A EPT forma uma classe em condições de conhecimentos reproduzido pela escola, mas desejado pelas pessoas como estratégia de penetração no mundo do trabalho em condições de reduzir condições desiguais de vida, uma vez que se encaminham para empregos mais qualificados e um estilo de vida mais criativo (APPLE, 2001).

É no campo da sociedade civil que projetos de Educação Profissional ganham força política. Ao mesmo tempo, é no aparelho de Estado – Ministério e Secretarias de Educação – onde elaboram-se a política de EPT. Por sua vez há disputas políticas em torno de determinados projetos, assim como disputas de concepção teórica que iluminam tal política expressam as disputas entre classes sociais que se reproduzem em condições desiguais.

Sendo assim, quando o assunto é profissão, apropriação do conhecimento e valorização da chamada força de trabalho no sentido de superar as práticas elitistas dentro do aparelho de Estado, compreende-se que a EPT atende o sistema de controle sobre o trabalho e, ao mesmo tempo, promove a visibilização do Estado através de sua ação no campo educacional e na redução da desigualdade de classe.

Dessa perspectiva, entende-se que o direito à EPT ao se expressar na Lei Nº. 11.892/2008 é capaz de garantir liberdades individuais e coletivas. Sendo assim, as potencialidades da Escola como parte do Estado são construídas por meio do aprendizado e do direito como instrumento de racionalização das relações sociais e políticas entre as classes sociais.

O fato é que o ideal de liberdade e a emancipação política dos indivíduos ganha força nas modernas sociedades. Nesse sentido, emancipação envolve as escolhas políticas, mas também autonomia econômica e cultural, sobretudo para aqueles que sonham com uma profissão como meio de romper com privilégios e retirar-se de relações de servidão por meio do trabalho assalariado. Este, por sua vez, se transforma em valor de troca porque seu contexto é o capitalismo, mas também porque a Educação, especificamente a Educação Profissional, cumpre o papel de constituir uma classe de profissionais.

É sabido que o limite da política de educação profissional, no contexto das políticas educacionais do Estado, é reproduzir a sociedade. Mas também se sabe do seu potencial para expressar contradições do Estado e da sociedade. A produção e apropriação do conhecimento no tempo e na forma de uma sociedade desigual faz indivíduos dispersos e numa relação de servidão a pessoas particulares transformar-se em Classe de Profissionais. Nesse sentido, entende-se que o eixo de onde surgem e para onde deságuam projetos e programas de educação profissional é o desenvolvimento econômico e social da sociedade. Quem não quer ganhar capital político, qualidade de vida e convivência social?

O fato é que o trabalho como fator de integração, vocação e, sobretudo, relação de exploração é uma forma de controle do trabalho humano, suas técnicas organizadas em sistemas de produção. Isto é, Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. Germinam em épocas diferentes, mas buscam força de trabalho, produção, qualificação, habilidades, competências, produção e taxas de lucro para o capital.

Para efeito da presente pesquisa se focaliza o Toyotismo porque em virtude das mudanças provocadas pela crise do capitalismo e suas consequências sobre o controle do trabalho, a Educação Profissional entra na agenda pública com mais força para justificar a ideologia que leva o Estado a legitimar determinados modos de ação e de adesão a um estilo de vida em sentido favorável a ordem capitalista.

A nova forma de exploração do trabalho pelos capitalistas, portanto, se assenta na gestão empresarial que oferece o capitalismo como atividade compartilhada. A intenção é reestruturar e mobilizar os trabalhadores e a própria classe média a partir dessa nova ideologia de orientar a prática, inclusive escolar e fazer os indivíduos buscarem novas formas de sucesso.

Segundo Boltanski (2009), o debate mais recente no campo da sociologia do trabalho reafirma o poder libertador do capitalismo dada a sua capacidade de progresso material, eficácia e eficiência no sentido de satisfazer necessidades globais e cotidianas, assim como articular-se com as chamadas liberdades econômicas e políticas.

Nesse sentido, as justificativas do capitalismo não se afastam dos novos mecanismos de comunicação tampouco do trabalho assalariado, mas dirigem-se de modo mais objetivo para o aproveitamento das profissões e maneiras de organização e controle do trabalho. Para tanto, conta-se com a desregulamentação e flexibilização do trabalho, assim como a substituição do conflito pela gestão compartilhada.

Nesse contexto, a Educação Profissional Técnica (EPT) representa a organização de carreiras cuja formação é mais curta, envolve várias formas de contrato de trabalho e condições salariais. O próprio empregador do Profissional Técnico que os Institutos Federais (IFs) qualificam com habilidades e competências vinculam-se ao processo capitalista de forma compartilhada. Ou seja, a gestão empresarial compartilhada abandona o compromisso de carreiras longas e trabalho assalariado a mesma grande empresa e a concepção de trabalho por tempo indeterminado.

É assim que se oferece caminhos para compreender a desigualdade entre as classes sociais. Isso porque ela se reproduz na renda, mas também na reprodução dos valores morais e imateriais. Um dos distintivos da classe que vive do trabalho hoje, no Brasil e no mundo, passa pela definição de competências, aprendizado e apropriação do capital cultural sob a forma de conhecimento técnico e escolar. Distintivo historicamente subtraído da agenda pública brasileira como direito social (SOUZA, 2012), mas para se constituir como direito se faz necessário atentar para as preocupações de Kuenzer (2001).

Preocupada com a pedagogia capitalista e o papel social da escola a referida autora chama atenção para o fato de que a reestruturação produtiva demanda um saber científico e tecnológico específico, mas não se descola das práticas pedagógicas da

escola. Pelo contrário, entra na Nova LDB e no PNE 2014-2024. Nesse sentido, o conceito de competência aparece como critério da educação profissional para inclusão no mundo do trabalho e torna-se relevante, desde que se compreenda que o referido conceito se refere a uma modalidade específica de trabalho.

Ciavatta (2014) parte do materialismo histórico para compreender o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil. No seu entendimento a educação é um direito que deve ser assegurado aos trabalhadores. Sua questão remete ao saber daquele que executa o trabalho nas sociedades capitalistas no sentido de que haja universalização, superação da dualidade de classes sociais através da formação integrada, educação politécnica e a educação omnilateral, isto é, aquela que atende o homem em sua totalidade e não apenas voltado para demandas do mundo do trabalho.

Manfredi (2002) faz uma reconstrução histórica e revela que a educação profissional no Brasil é uma política de Estado. Nesse sentido, há uma identificação com a luta política mais global da sociedade e dos interesses de classes, bem como o Estado materializando funções que expressam concepções e princípios filosóficos de Educação Profissional. Por sua vez, chama atenção para interesses de classes e uma luta política pela escolha de uma determinada concepção de Educação Profissional.

Portanto, a produção do conhecimento sobre Educação Profissional Técnica (EPT) evidencia interesses de classe: trabalhadores, empresários e gestores do Estado, bem como a luta política em defesa da escola pública como direito social. Ao mesmo tempo, a definição de campos profissionais legitimados pelo Estado e por conflitos políticos que permeiam seus aparelhos ideológicos onde se fazem a luta pela hegemonia.

3.3 TOYOTISMO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ESTADO

O fato é que a Educação Profissional Técnica-EPT, no contexto da política educacional, cumpre a função de atender demandas da sociedade capitalista de maneira a assegurar a sua reprodução. Seja pelo ensinamento de valores morais, seja pela capacidade de integração do indivíduo para a vida em sociedade por meio do trabalho e das profissões no sentido de responder a divisão social do trabalho.

Por outro lado, é possível pensar a EPT pela sua capacidade de promover o sentido do trabalho e das profissões modificando, assim, a própria relação da Educação

com a sociedade e entre esta e o Estado. O sistema Toyota exige mudanças desde o chão da fábrica até as estruturas políticas do Estado de Bem-Estar Social. No que tange aos trabalhadores devem ser multifuncionais e polivalentes. Isso implica conhecer, executar e responsabilizar-se por várias fases do processo produtivo total.

Portanto, o Toyotismo afasta-se do sistema de organização do trabalho fordista em todos os aspectos. Busca flexibilizar a cadeia produtiva sem manutenção de estoques e um número fixo de trabalhadores dos quais se exige qualificação, jornadas flexíveis, metas e horas extras. O referido sistema produtivo foi rapidamente difundido nos países capitalistas e passou a se chamar acumulação flexível. O objetivo dessa forma de organização e controle do trabalho é flexibilização das relações de trabalho, dos mercados de consumo, das barreiras comerciais, do controle do Estado pela iniciativa privada.

O processo de acumulação flexível provocou, dentre outras consequências, a chamada reestruturação produtiva e a reforma do Estado que resultou naquilo que um grupo de autores qualifica de dualidade do mercado de trabalho (MATTOSO, 2012; POCHMANN, 1999; PINTO, 2013). A dualidade do mercado de trabalho implica a fragmentação de classe. Pois, de um lado, grupos escolarizados dos quais se exige maior participação e polivalência concentra-se nas grandes empresas e nos países capitalistas avançados (Japão, Terceira Itália, Suécia (região de Kalmar) onde se tem força de trabalho com alto nível de qualificação técnico-escolar, garantias de emprego com baixo nível de rotatividade, pequenas diferenciações salariais, flexibilidade nos postos de trabalho, organização do trabalho em equipe, contratação coletiva e efetiva negociação sindical.

Do outro lado, grupos de trabalhadores contratados, temporários, parcial, terceirizados, vinculados à economia informal, precarizados. Este grupo de trabalhadores está disperso em vários países e setores econômicos, inclusive Itália, sofre a precarização do emprego e da remuneração, desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas e direitos sociais, sofre as consequências da crise e desmonte do Estado de Bem-Estar pela ausência de proteção social e representação sindical.

No debate teórico mais recente o tema da qualificação profissional e competências permanecem relevantes. Nesse sentido, em lugar de esgotar a capacidade

técnica do trabalhador e dominar cientificamente, no Sistema de Controle do Trabalho denominado Toyotismo o interesse é mobilizar a sua personalidade, sem conflito e negociação coletiva.

No Brasil, a política de qualificação para o trabalho envolve o Estado, na posição do Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Profissional e amplos segmentos da sociedade civil. Nesse sentido, a EPT é um direito e se articula com as mudanças no processo produtivo. Por isso mesmo o novo modelo do capitalismo assentado na reestruturação produtiva entende a qualificação profissional com base na competência. O debate público trata a competência como Meta para o desenvolvimento das políticas de formação profissional (YANNOULAS & SOARES, 2009).

O trabalho qualificado e a própria formação do trabalhador que aprenda a compartilhar, colaborar e desenvolver habilidades de gestão do trabalho se coloca como interesse do capital e do Estado. É importante lembrar que, no Brasil, o projeto de qualificação técnica do Governo Federal se materializa a partir de uma parceria com organismos internacionais como Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Por essa razão se deve interpretar o modo pelo qual se procura ajustar a educação, formação profissional e reestruturação produtiva (FRIGOTO, 2012).

Neste capítulo, tratou-se da moderna sociedade e a divisão do trabalho que a caracteriza. Destacamos o modo pelo qual o Estado opera a Educação Profissional e o sistema de controle do trabalho chamado Toyotismo. O Método Dialético e o modo pelo qual articulamos os procedimentos metodológicos da presente pesquisa, no sentido de compreender uma realidade concreta da categoria Estado, trabalho e classe social é objeto da reflexão do capítulo seguinte

SEÇÃO IV

UM BREVE INVENTÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

4.1 O MUNICÍPIO DE IPOJUCA E SEUS CONTEXTOS

A proposta de estudo aqui apresentada é, sem dúvida, desafiadora. Ou seja, buscou conhecer como o acesso à Educação Profissional Técnica (EPT) mudou a vida de pessoas comuns pela apropriação do conhecimento produzido na Escola, mas a investigação também mostrou a contradição suprema do Estado capitalista de explorar o trabalho assalariado quando articula EPT com uma política econômica chamada Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). De uma certa forma, colocou a EPT à disposição do pensamento crítico no sentido de entender a conflitante realidade posta pelo Estado e por ele modificada por vincular os objetivos do IFPE/Ipojuca ao PAC pelos seus desdobramentos no Porto de SUAPE.

Entendemos o IFPE/Ipojuca, como expressão do Estado operando uma de suas funções constitucionais e constitutivas dos direitos de cidadania, qual seja, a Educação, entendida como direito social e como estratégia de aprendizado dos valores culturais (FREIRE, 1983). Ao tempo que o Estado vincula a EPT com o trabalho tem um fundamento legal e valor social, sem dúvidas, mas também tem valor político porque faz a pessoa sentir pertencimento social por força do assalariamento e da qualificação profissional. (MÉSZÁROS, 2008)

Fazer a relação das Diretrizes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, lançado no ano de 2007, com o IFPE significou entender um dos objetivos do Governo Lula da Silva (2007-2010), qual seja, desenvolver a reestruturação do capitalismo nas bases do Toyotismo. O governo prometeu desenvolvimento local em bases científicas, tecnológicas e práticas produtivas modernas. Para tanto contou com amplo apoio dos segmentos da sociedade civil e dos governos subnacionais como Pernambuco e Ipojuca.

E assim o governo mostrou que o “novo espírito do capitalismo” se utilizou de novos conceitos para reafirmar velhas práticas capitalistas, como também apontou com muita propriedade que a relação trabalho e estudo valoriza a força de trabalho, mas não retira a complexa relação de exploração de uma classe sobre a outra.

Inaugurado no Ano de 2009, no contexto de uma agenda de desenvolvimento econômico do Governo Federal na Gestão Lula da Silva II (2007-2010), o referido Instituto Federal (IF) celebrou em Fevereiro de 2023 15 anos de serviços prestados à população. Daí advém a necessidade de entender os cenários que levam o governo federal a estruturar o IFPE campus Ipojuca articulando os seus objetivos ao Programa de Aceleração do Crescimento-PAC pelos seus desdobramentos no Porto de SUAPE e, não, à estrutura produtiva da cana-de-açúcar, porque isso diz respeito ao modo como a política de Educação Profissional Técnica (EPT) influencia no acesso da população ao conhecimento e ajuda as pessoas a se identificarem como trabalhadores assalariados e cidadãos.

4.1.1 O CONTEXTO DA CANA-DE-AÇÚCAR

É importante lembrar que a presente pesquisa teve como objetivo mostrar a influência da política de Educação Profissional Técnica na perspectiva do Complexo Industrial do Porto de Suape. Contudo, é necessário conhecer os contextos da atividade econômica cana-de-açúcar e do Porto de Suape para a compreensão do modo pelo qual a relação dialética que se faz entre a Educação Profissional Técnica (EPT) e os arranjos produtivos locais se materializou.

Para efeito da presente pesquisa entendeu-se o Município de Ipojuca marcado por desigualdades de classes características da sociedade cujo papel da Educação Profissional Técnica (EPT) passa a ser um símbolo conectado às práticas capitalistas definidas no PAC. Sendo assim, tratou-se da realidade da cana-de-açúcar e do cenário produzido no Complexo Portuário de Suape – contemplado pelo PAC argumentando que a Educação Profissional Técnica (EPT), pela sua capacidade de redução das desigualdades de classe diante do acesso ao curso de Segurança do Trabalho do IF/Campus Ipojuca, depende do entendimento desses contextos.

No Município de Ipojuca os indivíduos passaram a viver uma nova realidade. As estratégias de ampliar a oferta da EPT do Instituto Federal (IF) e a capacidade produtiva do Porto de Suape nascem num ambiente de práticas atrasadas as quais a força de trabalho fora historicamente submetida.

Ipojuca³ localiza-se na chamada mesorregião da Zona da Mata do estado de Pernambuco. Nesse sentido, distante das modernas práticas que caracterizam as sociedades capitalistas, a referida mesorregião além das características que já foram elencadas evoca um quadro de reduzida oferta do Ensino Básico, Técnico ou Superior, reduzido nível de qualificação da gestão pública municipal e uma forte presença política dos Sindicatos Rurais. Estes, organizaram-se em virtude da atividade da cultura agrícola da cana-de-açúcar e da entressafra.

No campo da política social, a entressafra⁴ se traduz na afirmação de programas assistenciais do tipo “Chapéu de Palha” cujo objetivo é oferecer um valor monetário aos desempregados no período correspondente aos meses da entressafra da cana. Para tanto, o trabalhador rural submetido a relações precárias é retirado do seu ambiente de trabalho para desenvolver atividades não-agrícolas como pintura de prédios públicos e capinação de ruas e estradas (SALES, 1999).

Sendo assim, o governo do Estado cria os chamados Grupo de Ação Municipal – GAM formado por funcionários públicos, com a finalidade de atuar em todos os municípios contemplados pelo Programa Chapéu de Palha. Entre os municípios existem vários problemas educacionais e sociais que contribuem para o aumento do nível da desigualdade de classe – renda, consumo e educação - pelo reduzido acesso à Educação Profissional Técnica, dos quais destacamos os seguintes:

- 1- A cana-de-açúcar é a principal cultura agrícola da mesorregião Zona da Mata. O papel do setor sucro-alcooleiro na incorporação da força de trabalho é questionável pelas formas precárias, inclusive pela pouca importância a universalização do direito à Educação básica, técnica ou superior.
- 2- O segundo aspecto a ser dimensionado diz respeito às relações de poder dos grupos políticos que controlam essa atividade agrícola. Fornecedores de cana, plantadores e usineiros exercem uma relativa influência no modelo de intervenção governamental e sua concepção de organização da política social.

³ O município de Ipojuca representa 60% do Complexo Industrial do Porto de Suape. Oferece 11 Escolas do Ensino Fundamental e EJA; 06 Escolas do Ensino Médio (Integral e Semi-integral; 02 Escolas do Ensino Regular e 01 Instituto Federal, ofertando 05 cursos Técnicos Subsequente e 01 cursos Superior. Quantidade de alunos residentes na Região Metropolitana do Recife, entre 2013 e 2018, foi de 558. Os componentes curriculares e demais informações do percurso formativo do referido curso de Segurança do Trabalho estão no PPP do IF campus Ipojuca (2019) e no Projeto Pedagógico do Curso-PPC (2019).

⁴ Período intermediário entre uma safra e outra de um determinado produto. Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, acesso em 11/04/2023.

3- A terceira dimensão do problema que se chama atenção no Município de Ipojuca, no contexto da Zona da Mata, refere-se a falta de valorização da Educação profissional e o uso político que os governantes fazem do fenômeno do desemprego como algo específico e naturalizado pela contínua repetição da entressafra.

Por outro lado, a descoberta do significado político do “Chapéu de Palha” pelos plantadores de cana-de-açúcar expressa os limites dessa atividade econômica na valorização da EPT e na própria capacidade de gerar empregos qualificados, bem como o precário processo de trabalho que a acompanha já que pressiona o Estado no sentido de não garantir direitos sociais como Educação, Seguro-desemprego e Assistência Social.

O fato é que a realidade do Município de Ipojuca, na Zona da Mata demanda uma efetiva concepção de Educação Profissional Técnica (EPT), bem como o nascimento de um novo trabalhador e das normas que o proteja não apenas dentro da organização produtiva (tendo em vista Segurança do Trabalho), mas também das formas populistas entre Estado e Sociedade.

4.1.2 O CENÁRIO DO PORTO DE SUAPE

Com a reestruturação do Porto de Suape e a sua capacidade de valorizar a Educação Profissional Técnica (EPT) o Estado afirmou suas funções contraditórias de reproduzir a sociedade. Tanto pela relação cultural e simbólica entre a escola e a sociedade capitalista (APPLE, 2001), como também por constituir sobre ela uma estrutura de empregos qualificados e a perspectiva de mudar o padrão de exploração do trabalho assalariado.

Para entender as mudanças que materializou o IFPE campus Ipojuca se faz necessário, então, entender o PAC (2007-2010) e seus contextos, uma vez que o referido programa do Governo Federal representa a retomada do papel do Estado com uma política de desenvolvimento regional dentro de uma agenda planejada e articulada aos governos subnacionais no sentido de identificar a sua relação com a redução das desigualdades educacionais e sociais

Por outro lado, o desenvolvimento da região de Suape deixa visível a contraditória função do papel do Estado com investimentos de infraestrutura, energia e indústria de transformação, bem como com a ampliação da oferta de empregos assalariados qualificados pelo poder da formação escolar e o próprio benefício social da Escola e do aumento do padrão de consumo das famílias.

No caso de Pernambuco a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDEC) planejou os possíveis impactos do PAC no estado, principalmente no Porto de SUAPE tendo em vista a sua extensão ser compartilhada. Assim, o território foi demarcado conforme a influência de cada município em relação ao referido Complexo Industrial do Porto de Suape. Vejamos,

“área de influência direta I, que abrangeu os municípios Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho; (2) área de influência direta II, composta pelos municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR); (3) a área de influência indireta, que compreendeu os municípios de Moreno, Escada, Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém. A justificativa para estabelecer a regionalização do território em áreas de influência foi a participação dos municípios nas atividades econômicas do complexo industrial (GOVERNO DE PERNAMBUCO; PROJETEC & PLANAVE, 2009).

Como expressão do Estado, o PAC para concretizar-se organizou parcerias assentadas na agenda de descentralização das atividades administrativas do Estado. Nesse sentido, o consórcio ProjeteC & Planave elaborou o Novo Plano Diretor de Suape 2030, bem como Cadernos Temáticos que serviram de base para a demarcação do Território Suape.

A chegada do Programa de Aceleração do Crescimento -PAC em SUAPE, portanto, significou investimentos e, ao mesmo tempo, a reestruturação do complexo industrial do Porto de SUAPE. De uma estrutura industrial constituída de uma quantidade significativa de empresas de médio e pequeno porte, SUAPE solicita projetos estruturadores e investimentos pesados simbolizados na Refinaria Abreu e Lima, Petroquímica SUAPE, Estaleiro Atlântico Sul (produção de navios petroleiros) e Estaleiro Var Promar (Produção de navios de apoio).

Enquanto o Estado, na posição do Governo Federal, estrutura a EPT simbolizada pelo IF campus Ipojuca articulou-se com os governos subnacionais, principalmente prefeituras programas de qualificação profissional, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), para atender demandas imediatas no campo da formação escolar.

Sendo assim, buscou-se elevar a escolaridade da população historicamente precarizada, principalmente os itinerários formativos nas áreas de conhecimento da matemática e suas tecnologias, Linguagens e suas tecnologias e raciocínio lógico; implantar cursos técnicos e tecnológicos nas áreas de eletricidade, eletrônica, mecânica, mecatrônica, Tecnologia da Informação, Segurança do Trabalho, dentre outros cursos, com a participação do Instituto Federal de Pernambuco(IFPE), Serviço Nacional da Indústria - SENAI, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Universidade de Pernambuco - UPE e Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

A reestruturação do Porto de Suape em bases modernas, portanto, avançou e legitimou o processo de descentralização e terceirização que caracteriza o Estado Gerencial. Nesse sentido, o Novo Plano Diretor De SUAPE (NPDS) priorizou a formação de profissionais com cursos técnicos ou superiores e reafirmou as contradições e exploração da força de trabalho pelo capital. Ou seja, exaltou o trabalho assalariado escondendo as reais condições de trabalho e de exploração da força de trabalho.

4.2 ESTADO, PAC E CLASSES SOCIAIS

Inicialmente é importante dizer que, no Brasil como em outros países, já se materializava os rumos de uma agenda de reformas do Estado e da administração pública que se inicia no Governo FHC (2000-2003). Nesse sentido, adotou-se um modelo de Estado Gerencial que qualifica contratos de gestão e desqualifica suas reservas técnicas em nome de uma filosofia política neoliberal que influencia as políticas públicas de um modo geral e as políticas educacionais de modo particular (HERMIDA & LIRA, 2018).

Mesmo com o Estado Gerencial a universalização do direito à educação é uma pauta constante da sociedade civil e o Estado o principal protagonista dessa modalidade de política social. Nesse sentido, agendas públicas são constituídas com base na descentralização, parcerias e metas, assim como criou-se o sistema de avaliação do

rendimento escolar no sentido de saber o custo do aluno, não importando o custo político do pouco investimento de países como o Brasil no campo da Educação.

No campo da Educação Pública e da Educação Profissional Técnica (EPT) tem dotações orçamentárias previstas pelo Ministério da Educação, responsabilidades compartilhadas entre as esferas de governo – Federal, Estadual e Municipal – e outros recursos financeiros que formam o chamado Fundo de financiamento da Educação Profissional (FUNDEP).

Com investimentos do Estado caracteriza-se, assim, um serviço público. (NEUBAUER, 2018). Talvez por isso o Governo Lula da Silva II (2007-2010) instituiu um Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE, 2008-2011) com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social. Entretanto, não exalta o Plano nacional de Educação (PNE 2000-2010) feito no Governo FHC, mas valoriza a Escola Pública para promover a Educação Profissional Técnica (EPT) articulada ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) entra na agenda do Governo Lula da Silva desde o ano de 2003 como estratégia de desenvolvimento econômico e social. Priorizamos o segundo governo (2007-2010) porque foi a partir do referido período histórico que se deu tanto a ampliação dos Portos em todo o Brasil, particularizando o caso do Porto de SUAPE, como também a criação e expansão dos Institutos Federais – IFs. (PDE, 2008-2011)

Dentre os objetivos do PAC destacam-se também a ampliação de investimentos públicos em infraestrutura, desenvolvimento de um novo modelo de crescimento assentado no planejamento de longo prazo capaz de enfrentar os desafios da globalização dos mercados, crescimento do emprego e da renda dos trabalhadores, crescimento da indústria de transformação e do comércio, ampliação dos programas de proteção social e investimento em capital humano. (PAC, 2008)

O PAC representa uma política de Estado. Logo, protegido pela Lei 11.653 de 07/04/2008 que trata do Plano Plurianual (PPA). Nesse sentido, torna-se parte da agenda de prioridades do Governo Federal e define gestão, orçamento, projeto, ação e valores financeiros tendo como orientação política a participação da sociedade civil. Desde a elaboração de programas e projetos até a avaliação do Plano em sua totalidade.

Cabe indicar que o Estado, na posição do Governo Lula da Silva II (2007-2010), em primeiro lugar, chega para reestruturar o capitalismo no Brasil e no Território do Porto de Suape. Por isso mesmo neutraliza a atividade produtiva da cana-de-açúcar e do poder das frações de classes sociais que lhes são associadas – plantadores, fornecedores, elite burocrática, assim como adota uma política de conciliação dos interesses das classes sociais e as contradições sociais que lhes são associadas.

Sendo assim, a desigualdade de classe que marca o contexto do Território de Suape coloca o Estado organizando o trabalho assalariado e o poder da classe empresarial vinculada à hegemonia da indústria de transformação com um Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujas consequências refere-se também a transformação da força de trabalho e da filosofia da educação que, em lugar de forjar o aprendizado desenvolvido pelas Escolas das Usinas de Cana-de-Açúcar e sua capacidade de esconder as condições concretas de exploração do trabalho assalariado, coloca o Estado regulando e tomando para si a função da Educação Técnica Profissional (EPT) oferecida pelo IF campus Ipojuca para qualificar a força de trabalho com habilidades e competências específicas para o Complexo Industrial do Porto de Suape.

Nesse sentido, o IF campus Ipojuca tende a simbolizar as práticas capitalistas. Pois, além de se configurar numa política social com o limite de reproduzir as contradições de classe (OFFE, 1984), o modo como o Estado opera a ideologia do conhecimento por meio dos intelectuais sustenta a reestruturação do capitalismo e do sistema de controle de trabalho Toyota. Sendo assim, o sistema público de ensino ampliou a concepção de Educação Profissional e ofereceu as pessoas formação escolar, valor de mercado e a possibilidade de ocupação dos postos de trabalho do Complexo Industrial do Porto de SUAPE por iniciativa do Governo Federal com o PAC.

Portanto, a relação do IFPE/Ipojuca com o Porto de Suape é determinada pelo encontro de uma política econômica com uma política social no campo da Educação Profissional. o Estado oferece força de trabalho qualificada para o moderno Porto de Suape e, assim, integram-se o ensino tecnológico aos novos arranjos produtivos locais. Por sua vez se reestrutura o Porto de Suape a partir dos investimentos do Governo Federal com o PAC e por meio do papel dos intelectuais do referido instituto o Estado ampliou suas estruturas legais, territoriais e políticas e, assim, concretizou planos educacionais que resultou no curso de Segurança do Trabalho numa região marcada pela sua precarização. (Projeto Político Pedagógico-PPP, 2019)

O fato é que o governo Lula da Silva II (2007-2010) articulou educação e mundo do trabalho. Por isso tendeu a representar uma política de conciliação de classes e a defesa de mudanças no sistema capitalista no sentido de tornar seu funcionamento melhor. A partir da implantação de uma política neodesenvolvimentista fortalecida pelo papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS), (HERMIDA & LIRA, 2018)

Nesse sentido, implanta políticas de distribuição de renda e combate à pobreza cuja exploração imposta pelas relações capitalistas são mascaradas por conta dos contornos políticos produzidos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), principalmente nos setores de energia, transporte e portos e aproveita a oferta de recursos advindos de organismos internacionais para financiar a Educação Profissional.

O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC tem como objetivo mais amplo aumentar os investimentos públicos e privados, bem como a perspectiva de um modelo de desenvolvimento regional capaz de enfrentar a agenda dos mercados globalizados com planejamento de longo prazo, envolve não apenas Ministérios-Planejamento, Fazenda, Integração Regional, Educação - mas também Secretarias de Planejamento dos Estados e Municípios.

4.3 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE)

Na mesma agenda do Governo Lula da Silva II (2007-2010) declaram-se princípios que norteiam a concepção de Educação e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE, 2008-2011). Nesse sentido, o referido plano sustenta processos sociais mais amplos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e vincula com ações práticas a autonomia do indivíduo com uma concepção de educação sistêmica, isto é, que não pode servir para fragmentar ainda mais a sociedade da qual a Escola é parte.

Nesse sentido, no PDE (2008-2011), há o reconhecimento da concepção de educação como parte de um processo de socialização com o objetivo de oferecer alternativas para a construção da pessoa humana em suas interações sociais, particularmente o processo de trabalho. A perspectiva é o reconhecimento da Educação

como responsabilidade do Estado e o trabalho ganhar valor de mercado. (PDE, 2008-2011).

É importante dizer que a concepção de desenvolvimento que ilumina o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e torna relevante a formação de recursos humanos, se materializa em programas de ação no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE, 2008-2010) Nesse sentido, o pacto federativo aparece pela dimensão do regime de colaboração. Sendo assim, “Regime de Colaboração significa compartilhar competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da Educação” (PDE, 2008, p, 09).

O fato é que o PDE (2008-2010) presume uma divisão de tarefas entre esferas de governo, mas também accountability sobre a classe política e mobilização social no sentido de acompanhar a atenção dos governantes para a educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização. Razão pela qual define pilares sobre os quais a política de desenvolvimento da Educação estaria se organizando, quais sejam: “visão sistêmica da educação, territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização, mobilização social” (PDE, 2008, p,14).

O Governo Federal reconhece a falta de investimentos na Educação Profissional Técnica (EPT) não apenas no território de SUAPE, mas também em todo Brasil. É por isso que o PDE (2008-2011) pretende a reorganização do modelo federal das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica numa perspectiva de integrar educação sistêmica, território, desenvolvimento e territorialidade.

Na agenda do governo, portanto, conforme se apresenta no PDE (2008-2011), numa sociedade como a Brasileira, os Institutos Federais Tecnológicos devem cumprir, dentre outras missões, a tarefa de consagrar a relação que se faz entre educação e trabalho. Para tanto, a educação profissional ao nível médio deve orientar seus percursos formativos articulados com os arranjos produtivos locais, assim como os arranjos produtivos devem servir para estimular a pesquisa aplicada no campo da Educação.

Conforme se percebe o PDE é um plano que junta uma concepção de educação que não se fragmenta, isto é, compreende uma totalidade que articula programas e ações práticas. Uma estratégia que estabelece uma relação dialética entre a formação profissional e os processos de socialização permitidos pelo trabalho.

4.4 A CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A CONSAGRAÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO EM SUAPE

A relação entre Educação Profissional e Formação para o Trabalho sugere a interpretação da concepção de trabalho assalariado que a sociedade consagra como direito e mascara suas reais contradições. No contexto do Porto de Suape essa relação se fortalece a partir de políticas de trabalho e a ação pública do Estado com o PAC e o IF campus Ipojuca.

Nesse sentido, o trabalho ganha valor de mercado por conta da capacidade de conformação do PDE (2008-2011) de um novo perfil de emprego para os jovens e adultos com formação profissional técnica na área de Segurança do Trabalho, como também pelo fortalecimento da relação escola e mercado de trabalho.

É sabido que a transição da escola para o trabalho não é automática, tampouco a Escola discute o trabalho técnico como estratégia do mercado capitalista. Mas, à medida que se faz uma aliança da Educação Profissional Técnica e o seu potencial de preparar o indivíduo para o mundo do trabalho e das profissões o governo admite tratar-se de uma tentativa mais promissora que a conclusão do Ensino Médio tradicional.

A Educação Profissional Técnica oferecida pelos Institutos Federais tem cobertura e fundamento legal. O percurso do IFPE/Campus Ipojuca começa com a Lei 9394.

Conforme a Lei 9.394, no que tange a Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio – objeto da presente pesquisa – cabe ao Governo Federal organizar, manter e desenvolver tal modalidade de ensino articulando diretrizes e Metas do Plano Nacional de Educação. Ao mesmo tempo, criar entre as pessoas uma moral, uma cultura que consagra a vocação seletiva para o mundo do trabalho produtivo.

Um dos princípios que norteiam a Educação Profissional Tecnológica (EPT) trata exatamente do trabalho produtivo. Nesse sentido, o capítulo II esclarece: “Articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos com vista ao preparo para o exercício de profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva de inserção laboral dos estudantes” (Resolução CNE/CP, 2021, p, 01).

Sendo assim, o Estado, na posição do Governo Lula da Silva II (2007-2010), supôs a gestão da Educação com planos como PNE (2000-2010), mas efetivamente mobilizou o PDE (2008-2010) e programas como o PAC. Nesse sentido, as classes se organizam a partir do modo pelo qual o discurso técnico desenha uma Escola e uma prática pedagógica. Isto é, um conjunto de normas que regulamentam o trabalho produtivo, assim como habilidades e competências que exigem mudanças na medida que atende demandas da estrutura produtiva local, especificamente o Porto de Suape, conforme o Plano Pedagógico do IFPE/Ipojuca (2019).

Sendo a Escola o lugar do aprendizado e da formação das bases do pensamento crítico o IF campus Ipojuca desdobrou-se, então, na possibilidade de esclarecer um pouco mais sobre a realidade de forma mais sistemática. Ou seja, pensou a da Zona da Mata no contexto do Porto de Suape atualizando a concepção de trabalho e da EPT com as conquistas do debate mais recente sobre a condição humana em seu próprio movimento econômico, social e histórico.

O papel do Estado na organização das classes e nas estratégias de mascaramento da exploração de uma sobre a outra vincula o processo de transformação das atividades (humanas) pelo trabalho assalariado em Leis, Planos e Programas. No entanto, a busca pela verdade dos fatos permitiu entender que o próprio Estado não conseguiu descolar suas determinações e contradições. Ainda mais quando a própria categoria trabalho foi pensada com a EPT e permitiu inúmeras interpretações.

Pensar esse momento histórico, portanto, permitiu redescobrir o modo como o Estado, o trabalho e a EPT estão dialeticamente relacionados. A dinâmica desse processo nos colocou diante da realidade do Porto de Suape de outro modo porque colocou o potencial da EPT de libertar as pessoas muito além do controle do sistema de trabalho, no caso o Toyotismo.

Por outro lado, o Programa de Aceleração do Crescimento- PAC com o objetivo de colocar a EPT articulada com a demanda do Porto de Suape pela técnica do Profissional em Segurança do Trabalho, o intelectual do IF do campus Ipojuca fez o referido conhecimento ganhar funcionalidade e, assim, promover com práticas pedagógicas a função do Estado de conciliar capital e força de trabalho.

O fato é que a EPT organiza carreiras mais curtas, envolve os trabalhadores em várias formas de contrato de trabalho e condições salariais a partir de uma forma de

qualificação (com habilidades e competências) cujo papel do Estado é fazer essa relação garantir direitos sociais, sem dúvidas, mas também a gestão compartilhada do processo capitalista que faz do conhecimento produzido na Escola uma justificativa para se reproduzir.

A identificação do PDE (2008-2010), portanto, foi a chave de leitura para o entendimento do potencial da EPT articular-se com os arranjos produtivos locais a partir dos artifícios políticos do PAC. Nesse sentido, o Estado mudou a realidade do processo de trabalho no Complexo Industrial do Porto de Suape e das práticas pedagógicas hegemônicas.

As referidas mudanças nas práticas pedagógicas dizem respeito ao quantitativo de pessoas matriculadas. Nesse sentido, durante o período ora em análise (2013-2018) o Curso de Segurança do Trabalho ofereceu 03 (três) turmas. Cada uma se constituiu de 36 vagas acolhendo pessoas das diversas localizações da Região Metropolitana do Recife entre 20 e 25 anos de idade. (Coordenação de Registros Acadêmicos e Diplomação – CRAD-IFPE- Campus Ipojuca em 21-03-2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou responder a seguinte questão: como a política de Educação Profissional do IFPE campus Ipojuca ao ofertar vagas no curso de Segurança do Trabalho no período de 2013 a 2018 influenciou na redução da desigualdade de classes?

Para responder a referida questão é importante recuperar as três categorias que nortearam a presente análise: Estado, Trabalho e Educação Profissional Técnica (EPT).

Com relação a categoria Estado percebe-se que sua função de materializar a EPT como política social reproduz a sociedade, sim. Contudo, à medida que se compreendeu os contextos nos quais a EPT se estruturou em forma de serviço público e gratuito pelo IF Campus Ipojuca, definiu-se diretrizes de ação expressas no Projeto Pedagógico do

Instituto Federal e do próprio curso Segurança do Trabalho por meio dos quais os intelectuais do referido IF fizeram o conhecimento técnico, habilidades e competências ser apropriado pelas pessoas que vivem do trabalho assalariado numa época de reestruturação do Porto de Suape.

Ao focar na EPT no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação do Governo Federal buscando, dentre outros objetivos, resolver o problema de formar força de trabalho para atender demandas desenhadas pelo PAC para o Complexo Industrial do Porto de Suape, é preciso compreender as próprias contradições do Estado. Ou seja, o Estado organiza o campo da Educação Profissional Técnica (EPT) com leis e com pessoas que traduzem a filosofia do Estado capitalista em planos e programas que revelam interesses do capital e da força de trabalho.

Nesse sentido, a EPT como política social do Estado tem como limite reproduzir a sociedade de classes, mas não o faz nas mesmas condições históricas. Ele trouxe mudanças no sentido de converter pessoas sem formação técnica escolar mobilizadas pela atividade agrícola da cana-de-açúcar em força de trabalho qualificada para o trabalho da indústria de transformação em virtude da reestruturação do Porto de Suape, assim como para a vida uma vez que oferece a formação profissional como direito de cidadania.

Podemos dizer de um modo mais amplo, não há como reinventar a sociedade do trabalho sem que haja uma reinvenção das políticas de EPT do Estado, sem uma valorização da Educação como sua função permitindo que o indivíduo aprenda a ser gente e cidadão.

Sem a EPT, não há como perceber suas contradições como sendo contradições da própria sociedade e do Estado. Não há como perceber os interesses pela técnica ou pelo poder que ela tem. Ficar sem a EPT perde-se o principal caminho de conhecer o que nos mobiliza a juntar o que está disperso e como se pretende viver.

Sendo assim, identificou-se pelos órgãos que vinculam-se aos chamados aparelhos de repressão do Estado – Ministérios da Educação, Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério da Ciência e Tecnologia, Secretaria de EPT, Ministério do Planejamento – e de organizações da sociedade civil como Universidades Públicas e Institutos Federais uma redistribuição de benefícios sociais pela ampliação da quantidade de pessoas qualificadas pelo referido IF, assim como a preocupação com a

adequada inclusão no mercado de trabalho que o PAC estruturou. Ao colocar uma classe de indivíduos no mercado de trabalho assalariado, contraditoriamente, o Estado permitiu a emancipação das pessoas pelo conhecimento, trabalho e salário. Ao incluir o indivíduo pelo vínculo EPT e Trabalho revelou-se também a relação do indivíduo com a sua classe social, com as profissões e com a sua formação enquanto trabalhador.

Com relação a categoria Trabalho e EPT observa-se que a prática pedagógica do IF campus Ipojuca permitiu que o Trabalho assalariado ganhe o valor de mercado proporcionado pela Escola. Nesse sentido, o homem aprende mesmo a ser homem pelo trabalho. E a própria separação trabalho manual e trabalho intelectual tende a ser repensada por que o modelo da EPT oferece alternativas de trabalho profissional e de vida social.

Lembramos que a EPT chega para os trabalhadores da Região Metropolitana do Recife por meio do IF campus Ipojuca como direito social no sistema público de ensino oferecido pelo Governo Federal. Sendo assim, a prática pedagógica foi pensada pelos intelectuais que operam o IF e traduziu marcadores das origens sociais dos indivíduos que buscaram o conhecimento técnico sobre novas habilidades e competências demandadas pela reestruturação do Porto de Suape permitindo, assim, o acesso a Escola e ao trabalho assalariado.

O fato é que a descentralização do Estado que provoca a chegada do IF campus Ipojuca não retira suas contradições. Pelo contrário, elas tornaram-se concretas no Território de Suape. Assim colocou-se o Estado diante das funções de organizar o capital industrial e comercial e uma classe de profissionais buscando relacionar Educação Profissional Técnica e Trabalho e, ao mesmo tempo, consagrá-los como direitos sociais.

A EPT na qualidade de política social do Estado, portanto, busca a luta política mais global da sociedade e dos interesses de classes. Razão pela qual vincula a formação de habilidades e competências desenvolvidas na Escola aos interesses do Toyotismo. Por sua vez reorganiza a própria escola e os arranjos produtivos e práticas capitalistas, como também materializa a conquista do direito à EPT e a formação da classe trabalhadora como sujeito coletivo histórico.

À medida que os contextos sociais se transformam deslocam-se o foco da atividade da cana-de-açúcar e o padrão da estrutura social que a cria e recria, mudam

também os mecanismos de controle sobre o trabalho. O PAC que reestruturou o Porto de Suape e o colocou em bases modernas ofereceu qualificação escolar e técnica que não acolheu a todos, sem dúvidas, mas reduziu a desigualdade educacional e social, assim como qualificou a expansão do emprego e das ocupações assalariadas.

Portanto, para conhecer a EPT é preciso compreender a sociedade e seus contextos em cada campo específico. No caso das sociedades capitalistas tratou-se de mais uma realidade marcada pelas contradições entre capital e trabalho organizadas pelo Estado, cuja função de promover a EPT traduz habilidades e competências necessárias ao Toyotismo. Ao mesmo tempo, consagra os direitos sociais e a distinção das classes que participam do processo de organização em sua totalidade.

Perceber o modo como o Estado opera a EPT vinculando ao trabalho reforçou a perspectiva de análise à luz do método dialético, do Inventário documental e da observação participativa como ferramentas metodológicas. Nesse sentido, permitiu a análise de uma política de EPT contemplando o conceito de Estado, trabalho e Educação Profissional. Contribuindo, assim, com o Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional e o papel da Universidade Pública no campo da pesquisa em Educação com foco na relação Estado, Trabalho, Educação Profissional, bem como as novas formas de inserção no mundo do trabalho a partir de novas profissões e ocupações.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. (org.) *A Dialética do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

APPLE, M. W. *Ideologia e currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____, *Educação e poder*. Lisboa: Porto Editora, 2001.

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Ève. *O Novo espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. pp. 31-81 e pp. 286-333.

BONELLI, MICK & NUNES, *Ocupações e profissões na Sociedade Brasileira de Sociologia: balanço da produção*. (2003-2017). São Paulo: Revista Brasileira de Sociologia, V. 05, No.11, Set/Dez 2017.

BRESSER PEREIRA, L. C. *A Reforma dos Estados nos anos 90: lógica e mecanismo de controle. Trabalho apresentado à Segunda reunião do Círculo de Montevideu.* Barcelona, 25-26 de abril de 1997.

CHARLOT, B. *Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia.* Trad. Neide Luzia de Resende. In: Caderno de Pesquisa. São Paulo, n. 96, 1996.

COUTINHO, C. N. *Gramsci.* Porto Alegre: L&PM, 1981.

CIAVATTA, M. *O Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral. Por que lutamos?* In: Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.

DE BRUYNE, P. *et al. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica.* Rio de Janeiro: Editora F. Alves, 1991.

DELLA FONTE, S. S. *Formação no e para o trabalho.* Trabalho apresentado no IV Seminário de Alinhamento Conceitual do PROFEPT. 2018.

DEMO, P. *Política Social, Educação e Cidadania.* São Paulo: Papirus, 1994. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

DI GIOVANNI, G. & NOGUEIRA, M. A (Ogs.). *Dicionário de Políticas Públicas.* 3ª. Ed, São Paulo: Editora UNESP, 2018.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pela experiência latino-americanas. *Revista USP* (17), 1993.

DURKHEIM, E. *Da Divisão do Trabalho Social.* Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ECO, Humberto. *Como se faz uma Tese.* São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

ENGELS, F. *A Origem da família da propriedade privada e do Estado.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Perspectivas do homem, V. Série Ciências Sociais, 1984.

FERREIRA, Mário César. *Qualidade de Vida no Trabalho: Uma Abordagem Centrada no Olhar dos Trabalhadores.* Brasília: Paralelo 15, 2012.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade.* 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIGOTO, Gaudêncio. *Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito.* In: Educação e Crise do Trabalho. FRIGOTO, G. (org.). Rio de Janeiro: Vozes, 2012. (Coleção Estudos Culturais em Educação).

_____. *O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional.* In: Metodologia da pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Educação e a crise do capitalismo real.* São Paulo: Cortez, 1995.

- GOMES, C. A. A educação em novas perspectivas sociológicas. São Paulo: EPU, 2005.
(Temas básicos de educação e ensino).
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- GUMIERO, R. G. A concepção de desenvolvimento nos quatro momentos de implementação do Complexo Industrial Portuário de Suape:1995 a 2015. Revista Brasileira. Estudos urbano/Regionais. Jan. Abril 2018.
- HARNECKER, M. Os conceitos elementais do materialismo histórico. Santiago, 1971.
- HERMIDA & LIRA. *Estado e Neoliberalismo no Brasil*. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v.13, N. 35, p. 38-63, Set/Dez 2018.
- _____, Políticas Educacionais em Tempos de Golpe: Entrevista com Demerval Savianni. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018190268>
- HOLFLING, H. de Matos. Estado e Políticas (Públicas Sociais). Cadernos Cedes, ano XXI, no. 55, Novembro/2001.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- KUENZER, Acácia. Z. *As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão*. São Paulo, Cortez, 2001.
- LEITE, P. DE S. CHISTÉ. *Contribuições do materialismo histórico-dialético para as pesquisas em mestrados profissionais na área do ensino de humanidades*. Investigação qualitativa em educação, Vol. I, 2017
- MANFREDI, S. M. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- MÉSZAROS, I. *A educação para além do capital*. Tradução Isa Tavares, 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).
- MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Difel, 1982. Livro 1, Volume 2.
- MOURA, Dante Henrique. *Educação Básica e Profissional no PNE (2014-2024): avanços e contradições*. In: Dossiê PNE 2014-2024: novos desafios para a educação brasileira. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 8, n.15, jul./dez., 2014.
- OFFE, C. *Contradições Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- PERRENOUD, Philippe. Dez Novas Competências Para Ensinar. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- POCHMANN, M. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012. (Mundo do Trabalho)

_____, *Força de trabalho e tecnologia no Brasil: uma visão de história com foco atual na produção de cana-de-açúcar*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

_____, *A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

PINTO, G. A. *A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e Toyotismo*. 3ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

POULANTZAS, N. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1981. Biblioteca das Ciências Sociais. Vol. 19.

Projeto Pedagógico do Curso de Segurança do Trabalho Modalidade Médio Integrado, 2019. Acesso entre Janeiro e fevereiro de 2023.

RAMOS, M. N. *História e política da educação profissional*. Curitiba, IFPR-EAD, 2014. (Coleção Formação Pedagógica. Volume V)

ROUSSEAU, J-J. *Do contrato social*. Trad. Lourdes Santos Machado. 4ª. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores).

SALES, Andréa Maria. O direito de cidadania e a superação da precarização social e civil. In: *Educação em Direitos Humanos em Tempos Divergentes*. Orgs. Edna Cristina do Prado & Lana Lisiêr de Lima Palmeira. Phillos, 2023. ISBN: 978-65-88994-95-5.

_____, *Assistência Técnica e Extensão Rural como Instrumentos de Desenvolvimento: a experiência da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)*. In: *I Congresso Internacional das Ciências Agrárias – Cointer/PDVAGRO, 2017, Vitória de Santo Antão, Comunicação Oral, 2016*.

CARDOSO, M. G. ; SALES, A. M. ; TAVARES, E. J. . *Políticas Públicas de Gênero na Escola: debate e reflexão crítica.. Entreações: diálogos da Extensão, 2021*.

SALES, A. M.; ANDRADE, F. *EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE CLASSE: uma análise da contribuição do IFPE para a redução das desigualdades sociais no estado de Pernambuco*. In: *VIII Semana Internacional de Pedagogia (VIII SIP) II Congresso Internacional Sobre Práticas de Aprendizagem Integradoras e Inovadoras, 2021, Maceió. VIII SIP E II CIPAI 100 anos de PAULO FREIRE & MORIN, 2021*.

_____, *Programa Chapéu de Palha e Descentralização: A Imagem Social do “Governo Popular” entre 1988/89*. Universidade Federal de Pernambuco/Curso de Mestrado em Ciência Política, Recife: 1999.

SALES & CARDOSO. *Formação Escolar Para o Trabalho no Estaleiro Atlântico Sul*. Revista Aurora, Marília, v. 11, n. 1, p. 09-22, Jan/Jun, 2018.

SAVIANI, Demerval. *Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2013.

_____, *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Revista Brasileira de Educação. v. 12. n. 34 jan-abril. 2007.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, J. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TEIXEIRA, E. C. *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia: Salvador, 2002.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 1994. Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.

THOMÉ, A. C de Abreu. *Trabalho e ou Educação: História da Educação Profissional no Brasil*. #TEAR Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, V.1, n.2, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, A. M. D. P. & SOUZA JUNIOR, A. de. *A Educação Profissional no Brasil*. Revista Interações. No. 40, pp, 152-169, 2016.

WEBER, A *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@ / Pernambuco / Ipojuca / Panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/ipojuca>>. Acesso em: 26 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2000-2010**. Brasília: Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em 22 abr. 2023.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação. Razões, Princípios e Programas**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº. 11.653, de 07 de abril de 2008. **Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011**. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano->

[plurianual-ppa/arquivos/ppas-anteriores/ppa-2008-2011/081015_ppa_2008_lei.pdf](#)>.
Acesso em 22 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008.

_____. **Portaria MEC nº 646/97**, de 14 de maio de 1997. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica). Brasília: Ministério da Educação, 1997.

_____. **Resolução nº 783, de 26 de abril de 2017.** Reestrutura o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, que passa a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL, voltado à promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE. Brasília: Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, 2017.

_____. **Resolução nº 9, de 27 de janeiro de 2020.** Aprova, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso técnico integrado em Segurança do Trabalho do IFPE, *Campus Ipojuca*. Ipojuca: Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2020.